

h. 1



Relatório e Contas 2014



7.
A



Relatório de Gestão

7

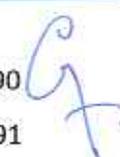
ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
A EMPRESA.....	9
OS ACIONISTAS.....	9
A CADEIA DE VALOR.....	10
PRINCIPAIS INDICADORES.....	11
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	12
A. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	14
1. Introdução.....	15
2. Enquadramento macroeconómico.....	15
2.1 Global.....	15
2.2 União Europeia.....	15
2.3 Portugal.....	16
3. Enquadramento do Sector.....	17
4. Regulação.....	20
4.1. Regulação económica.....	22
4.2. Regulação da qualidade do serviço.....	23
4.3. Regulação da qualidade da água para consumo humano.....	23
4.4. Regulação das relações comerciais.....	25
4.5. Regulação ambiental.....	26
5. Gestão do capital Humano.....	26
6. Análise Económica e Financeira.....	29
6.1. Resultado Líquido.....	29
6.2. Resultado Operacional.....	30
6.3. Volume de Negócios.....	33
6.4. Resultados Financeiros.....	34
6.5.1. Gastos Financeiros.....	34
6.5.2. Rendimentos Financeiros.....	35
6.5. Investimento.....	35
6.6. Dívida de Clientes.....	36
6.7. Evolução do Prazo Médio de Recebimentos (PMR) dos Utilizadores, relativo ao Serviço Público prestado.....	36

6.8. Passivo e Outras Responsabilidades	37
6.9. Estrutura do Endividamento Bancário	38
6.10. Capital Próprio.....	38
7. Atividade Operacional.....	38
8. Objetivos de Gestão	43
9. Cumprimento das Orientações Legais	44
10. Perspetivas para o futuro.....	47
11. Factos Relevantes após o Termo do Exercício	49
12. Sucursais da Sociedade	49
13. Considerações Finais	49
14. Proposta de Aplicação de Resultados	50
15. Anexo ao relatório.....	51
16. Relatório dos Administradores Não Executivos.....	52
B. CONTAS INDIVIDUAIS 2014.....	54
A. Introdução.....	55
B. Demonstrações Financeiras	56
C. Notas as Demonstrações Financeiras.....	60
1. Atividade Económica da Águas do Zêzere e Côa, S.A.....	60
1.1. Introdução	60
1.2. Atividade	60
1.3 Acionistas	60
1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras.....	60
2. Políticas contabilísticas.....	61
2.1 Bases de apresentação.....	61
2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas.....	61
2.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014	61
2.1.3. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015	63
2.1.4 Novas normas, interpretações e alterações, ainda não endossadas pela União Europeia, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015	65
2.2 Conversão cambial	66
2.2.1 Moeda funcional e de apresentação.....	66
2.2.2 Transações e saldos.....	66
2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.....	66

2.3.1	Introdução	66
2.3.2	Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	67
2.4	Atividade concessionada – IFRIC 12	68
2.4.1	Enquadramento.....	68
2.4.2	Classificação da infraestrutura	68
2.4.3	Amortizações.....	69
2.4.4	Valor residual	69
2.4.5	Rédito – serviços de construção.....	70
2.5	Ativos fixos tangíveis	70
2.5.1	Locação financeira.....	71
2.6	Ativos intangíveis.....	71
2.6.1	Direitos de utilização de infraestruturas	71
2.6.2	Outros ativos intangíveis.....	71
2.7	Ativos e passivos financeiros.....	71
2.7.1	Classificação de ativos financeiros	72
2.7.2	Passivos financeiros.....	73
2.8	Clientes e outras contas a receber	74
2.9	Inventários.....	74
2.10	Caixa e equivalentes de caixa.....	74
2.11	Imparidade	74
2.11.1	Imparidade de ativos financeiros	74
2.11.2	Imparidade de ativos não financeiros.....	75
2.12	Capital.....	75
2.13	Dividendos a pagar	76
2.14	Subsídios do <i>governo</i>	76
2.15	Provisões, ativos e passivos contingentes.....	76
2.16	Fiscalidade	76
2.17	Rédito	77
2.17.1	Prestação de serviços.....	77
2.17.2	Venda de bens.....	77
2.17.3	Juros	77
2.18	Trabalhos para a própria empresa	78
2.19	Gastos e perdas	78
2.20	Eventos subsequentes.....	78

3	Políticas de gestão do risco financeiro	79
3.1	Fatores de risco	79
3.2	Risco de crédito	79
3.3	Risco de taxa de câmbio	80
3.4	Risco de liquidez	80
3.5	Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro	80
3.6	Risco de capital	81
3.7	Risco regulatório	81
4.	Estimativas e julgamentos	82
4.1	Provisões	82
4.2	Ativos tangíveis e intangíveis	82
4.3	Imparidade	82
4.4	Estudo de Viabilidade Económico Financeiro	83
5.	Instrumentos financeiros por categoria	83
6.	Ativos intangíveis	84
6.1	Movimentos do período	84
6.2	DUI – movimentos do período	84
7.	Investimentos financeiros	84
8.	Impostos diferidos	85
9.	Clientes e outros ativos não correntes	85
9.1.	Clientes - municípios	86
10.	Inventários	86
11.	Clientes	86
11.1	Clientes – municípios	86
11.2	Clientes – Ações/injunções por município	87
11.3	Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)	87
11.4	Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento	87
11.5	Clientes – Acordos	88
12.	Estado e outros entes públicos	88
13.	Outros ativos correntes	89
14.	Caixa e bancos	89
15.	Capital	89
15.1	Resultado por ação	90
15.2	Movimentos do período	90



15.3. Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.....	90
16. Empréstimos.....	91
16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade	91
16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro.....	91
16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas.....	92
16.4 Justo valor dos financiamentos.....	92
16.5 Locação financeira.....	92
17. Fornecedores e outros passivos não correntes.....	93
18. Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	93
19. Subsídios ao investimento.....	93
19.1 Movimentos do período.....	93
20. Fornecedores correntes	93
21. Outros passivos correntes	94
22. Imposto sobre o rendimento.....	94
22.1 Imposto do exercício	94
22.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto	94
22.3 Impostos diferidos ativos potenciais.....	95
23. Vendas e prestação de serviços.....	95
23.1 Vendas.....	95
23.2 Prestação de serviços	95
24. Custo das vendas	95
25. Fornecimentos e serviços externos.....	96
26. Gastos com pessoal	96
26.1 Quadro de pessoal.....	97
27. Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	97
28. Outros gastos e perdas operacionais	97
29. Outros rendimentos e ganhos operacionais	98
30. Gastos financeiros	98
31. Rendimentos financeiros.....	98
32. Transações com entidades relacionadas.....	99
33. Compromissos	99
34. Ativos e passivos contingentes.....	100
34.1 Garantias prestadas.....	100
34.2 Processos judiciais em curso:	101

35. Informações exigidas por diplomas legais.....	101
36. Rendimento garantido.....	102
37. Informação relevante	102
38. Eventos subsequentes.....	103
C. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	104
D. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	105



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Caros Acionistas, Clientes, Parceiros,



O ano de 2014 decorreu num contexto socioeconómico difícil, tal como os que o antecederam. Ainda assim, a organização prosseguiu no sentido da eficiência, objetivando a sua sustentabilidade, sem descurar a Missão, que lhe foi confiada, os compromissos assumidos, na Política de Responsabilidade Empresarial e o cumprimento dos vários indicadores, o que exigiu, por parte de todos, uma dedicação redobrada.

Em 2014 a empresa atingiu os melhores resultados de sempre. No que se refere ao fornecimento de água para consumo humano, foi-lhe atribuído, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano 2014, outorgado, pela ERSAR, às entidades gestoras que apresentam o valor de 100%, na avaliação da qualidade da água. Foi nomeada para a disputa anual dos "Prémio de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2014", nesse mesmo tema. Confirmando um desempenho direcionado para a melhoria contínua, foi distinguida, primeira vez, com o Selo de Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água 2014.

Relativamente à qualidade da água residual tratada verificou-se uma melhoria na qualidade da água residual tratada, mas estamos apostados em introduzir melhorias, nomeadamente no controlo de afluência das águas pluviais ao sistema de drenagem e tratamento.

No cenário atual, a integração entre empresa, clientes, fornecedores, colaboradores, meio ambiente e sociedade é fator determinante para tornar o empreendimento efetivamente sustentável. Sendo assim, o grande desafio empresarial não se resume em gerar lucro, mas sim, prestar o serviço a uma tarifa económica e socialmente aceitável. Temos, procurado, colocar em prática uma gestão pautada em valores que nos possibilitem sermos eficientes, inovadores e competitivos ao mesmo tempo em que promovemos o desenvolvimento humano, social e a preservação do meio ambiente.

Ao nível do Investimento, a AdZC, já realizou, praticamente a totalidade do previsto, no Contrato de Concessão, encontrando-se a terminar duas candidaturas QREN. Durante 2014 foi iniciada a operação em algumas infraestruturas, concretamente, 3 novas ETAR e respetivos pontos de recolha, 1 EEAR e cerca de 25km de novos emissários, na atividade de saneamento e entraram em funcionamento 5 novos pontos de entrega, na atividade de abastecimento.

Têm surgido, no entanto, ao longo do tempo, situações de carácter ambiental, que para serem solucionadas, exigem novos investimentos. Nesse sentido, em 2014, foram apresentadas candidaturas, das quais aguardamos aprovação, que visam a remodelação da ETAR do Torrão e da ETAR de Oliveira do Hospital. Ainda assim, apesar das condicionante impostas às empresas do setor público empresarial e da situação económica e financeira, da AdZC, prosseguimos uma



Handwritten blue ink marks: an arrow pointing up, a signature, and a large flourish.

estratégia de investimentos de pequena dimensão, que permitam aumentar a população servida, com o consequente aumento do volume de negócios.

A atividade manteve-se em níveis do ano anterior, sendo que voltou a constatar-se uma retração no consumo de água e um incremento no volume de águas residuais tratadas. Este acréscimo apesar de poder estar ligado a um aumento da taxa de cobertura deve-se, maioritariamente à afluência de águas pluviais, provenientes de redes unitárias, às ETAR, dado que foi um ano caracterizado por elevados níveis de pluviosidade.

Um tema preocupante é a dívida de clientes, identificado como um fator de risco, não aceitável, para a organização, uma vez que coloca em causa a sua sustentabilidade. Em 2014 não foi possível alterar as tendências dos últimos anos, sendo que o aumento foi de cerca de 17 M€, um contributo para o agravamento, significativo, do PMR.

Na região, operamos as principais infraestruturas de tratamento e transporte de água. Orgulhamo-nos do serviço público que prestamos e dos níveis de qualidade de serviço com que o fazemos, e que nos colocam entre os melhores no setor, resultados que alcançamos sem descurar o foco na eficiência operacional da empresa.

Acreditamos que o nosso sucesso se deve a uma equipa altamente competente e motivada, por isso apostamos no desenvolvimento dos nossos colaboradores, a quem deixamos justo reconhecimento pelo trabalho e resultados obtidos.

Gostaria de expressar agradecimentos aos acionistas, nomeadamente à AdP SGPS de quem sempre recolhemos apoio.

(Carlos Manuel Martins)

Presidente do Conselho de Administração



A EMPRESA

A Águas do Zêzere e Côa, S.A. (AdZC) é uma sociedade anónima de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei nº 121/2000, de 4 de julho, responsável, pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa por um período de 30 anos. A concessão foi alvo de um alargamento e a partir de 2004 e passaram a ser dezasseis os municípios abrangidos, correspondendo a uma área de 6.393,2 km², equivalente a cerca de 7% do território nacional, essencialmente montanhosa, predominantemente rural e escassamente povoada (35 Hab./Km²), valor que corresponde a cerca de um terço da média nacional).

Em 2010 a empresa apresentou ao concedente uma proposta de Revisão do Contrato de Concessão, que incluía a revisão do modelo técnico do sistema e um novo estudo de viabilidade económica e financeira. Em junho de 2011 o concedente manifestou-se favoravelmente, concretamente, no que se refere ao modelo técnico da concessão, acréscimo de investimento e pressupostos de viabilização económica e financeira. Foi, ainda, sugerido o estudo de cenários alternativos à compensação financeira considerada na proposta apresentada. Neste sentido, a empresa apresentou uma nova proposta de Revisão do Contrato de Concessão em Outubro de 2011, esperando que o concedente venha tomar uma posição sobre a proposta apresentada, donde se espera que resulte um novo quadro de sustentabilidade e viabilidade financeira da concessão.

OS ACIONISTAS

A Estrutura Acionista da AdZC está apresentada no quadro abaixo.

Accionistas	Acções	Valor	%	Capital Subscrito	Capital Realizado
AdP SGPS	4.014.224	20.071.120	75,43%	20.071.120	20.071.120
AdP SGPS	640.000	3.200.000	12,03%	3.200.000	3.200.000
Associação Mun C. Beira	20.000	100.000	0,38%	100.000	100.000
Mun Almeida	24.967	124.835	0,47%	124.835	124.835
Mun Belmonte	13.758	68.790	0,26%	68.790	68.790
Mun F C Rodrigo	18.392	91.960	0,35%	91.960	91.960
Mun Fundão	56.082	280.410	1,05%	280.410	280.410
Mun Guarda	86.220	431.100	1,62%	431.100	431.100
Mun Manteigas	20.928	104.640	0,39%	104.640	104.640
Mun Mêda	17.244	86.220	0,32%	86.220	86.220
Mun Penamacor	18.831	94.155	0,35%	94.155	94.155
Mun Pinhel	32.901	164.505	0,62%	164.505	164.505
Mun Sabugal	30.677	153.385	0,58%	153.385	153.385
Mun. Aguiar da Beira	21.647	108.235	0,41%	108.235	108.235
Mun. Fornos Algodres	23.310	116.550	0,44%	116.550	116.550
Mun. Gouveia	65.602	328.010	1,23%	328.010	328.010
Mun. Oliveira Hospital	91.863	459.315	1,73%	459.315	459.315
Mun. Seia	124.866	624.330	2,35%	624.330	624.330
TOTAL GERAL	5.321.512	26.607.560	100%	26.607.560	26.607.560



A CADEIA DE VALOR

Ainda que a Operação seja a nossa atividade mais visível, a empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo para a criação de valor ao capital acionista e para o cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos. Nas representações gráficas abaixo expomos a visão sistémica da cadeia de valor das atividades desenvolvidas pela organização, bem como a especificação das várias fases de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



PRINCIPAIS INDICADORES

A seguir são apresentados um conjunto de dados económico-financeiro sobre a evolução da atividade da empresa, sintetizando os principais acontecimentos ocorridos no exercício.

Indicadores Operacionais	2013	2014
Volume de atividade	31.973.846	31.962.463
AA m3 captados	18.288.051	17.539.993
AA m3 fornecidos	16.901.138	15.936.516
AA m3 faturados	16.839.318	15.932.868
SA m3 recolhidos	18.573.868	19.695.675
SA m3 tratados	18.573.868	19.695.675
SA m3 faturados	15.134.528	16.029.595
Volume de negócios	21.830.389	22.102.771
EBIT (Resultados operacionais)	6.523.582	6.179.304
Margem Bruta	20.938.798	21.250.729
RAI	1.530.698	2.759.531
Gastos em FSE	5.974.906	6.139.951
Gastos em energia (eletricidade)	2.916.074	2.666.074
N.º médio de trabalhadores (sem órgãos sociais)	112	109
Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento		
ROCE	3,6%	3,4%
Cashflow operacional (EBITDA)	14.865.260	14.670.210
Margem EBITDA (EBITDA/Volume de negócios)	68%	66%
Indicadores Financeiros - Eficiência		
Gastos com pessoal/EBITDA	18%	18%
Cash-costs abastecimento (AA)	0,32	0,35
Cash-costs saneamento (AR)	0,24	0,25
Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento		
Investimento em infraestruturas e equipamentos	7.662.120	1.557.000
Apoios comunitários (valor reembolsado no ano)	14.562.913	1.264.339
Ativo líquido	323.580.095	332.784.033
Passivo não corrente	267.697.088	263.262.805
Passivo corrente	43.691.294	55.725.760
Passivo total	311.388.382	318.988.565
Relevância de recursos de clientes	-31,5%	-38,0%
PMP	122	234
PMR (bruto)	909	1.097
PMR (ajustado a dívida de curto prazo, sem injunções e acordos)	387	495
Dívida total de clientes	59.074.493	75.077.623
Liquidez geral	137%	137%
Dependência financeira	96%	96%
Total de endividamento bancário	187.669.565	197.602.392
Endividamento	58%	59%
Indicadores Financeiros - Autonomia e Solvabilidade		
Capital Próprio	12.191.713	13.795.468
Solvabilidade	3,9%	4,3%
Autonomia Financeira	3,8%	4,1%



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Em 2014 foram concluídos investimentos no montante 1,5 M€, essencialmente em infraestruturas de saneamento, nomeadamente na Remodelação da ETAR de Alverca da Beira, Remodelação da ETAR de Loriga e construção das novas ETAR de Eirado, Cortiçada, Carapito, Cabeça, Meruge, Alvoco da Serra e Figueiró da Granja. Desta forma ficou concluído o plano de investimentos no que refere à construção de novas ETAR.

Na componente de reabilitação foram lançados os concursos e iniciadas as obras nas ETAR de Benquerença, Vila Verde e Aldeia das Dez. Foram, ainda, preparadas e apresentadas duas candidaturas para cofinanciamento da Remodelação da ETAR do Torrão e da ETAR de Oliveira do Hospital e trabalhos diversos nos emissários recetores e de descarga.

A influenciar o volume de atividade global, mais 4% que o previsto em orçamento, esteve o fornecimento de caudais de abastecimento, o qual ficou 7,6% abaixo do previsto, refletindo a tendência para a redução dos caudais fornecidos em diversos Municípios, o que evidencia o menor consumo das famílias devido ao aumento das tarifas e à menor disponibilidade financeira, à imigração e à redução da atividade económica, bem como a melhoria na gestão das redes "em baixa", contribuindo em sentido contrário a operação de saneamento, com um desvio de 18,9% acima do previsto, o qual encontra explicação no ano bastante chuvoso.

Os meios humanos operacionais foram reduzidos, com a saída de 2 colaboradores, sendo, a razão comum, a procura de melhores condições remuneratórias, constituindo estas saídas uma perturbação na ação operativa das equipas e obrigando a uma cada vez mais difícil realocação de meios.

Em termos de qualidade, o objetivo de 100% para o abastecimento de água foi atingido. Quanto ao saneamento, com um objetivo de 100% e um cumprimento de 90%, constitui nova melhoria relativamente ao ano anterior, refletindo a introdução de melhorias em algumas ETAR e o esforço efetuado para acompanhar procedimentos de controlo das instalações, apesar da impossibilidade que esta concessionária tem de impedir que alguns utilizadores da rede "em baixa" efetuem descargas não controladas, as quais prejudicam sobremaneira o funcionamento das ETAR, situações que, neste período de crise, tendem a ser mais frequentes, subsistindo instalações que, pela tipologia do afluente que recebem, não têm qualquer possibilidade de funcionamento regular e adequado.

Ao nível operacional, foram tomadas medidas, nomeadamente através da otimização dos meios disponíveis, da minimização de perdas, com a utilização das bases de dados de caudais e das ferramentas de gestão que vimos utilizando, bem como continuando a implementar planos de ação para beneficiação e correção das maiores fragilidades, bem como na melhoria da eficiência energética, nomeadamente através da identificação das instalações com maiores consumos energéticos para progressiva intervenção de otimização.

No que se refere ao fornecimento de água para consumo humano, foi-lhe atribuído, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano 2014, outorgado, pela ERSAR, às



entidades gestoras que apresentam o valor de 100%, na avaliação da qualidade da água. Foi nomeada para a disputa anual dos "Prémio de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2014", nesse mesmo tema. Confirmando um desempenho direcionado para a melhoria contínua, foi distinguida, primeira vez, com o Selo de Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água 2014.

Relativamente à qualidade da água residual tratada verificou-se uma melhoria na qualidade da água residual tratada.

No que se refere à Gestão Financeira, nomeadamente sobre a gestão da dívida de clientes, foi feito um esforço pela gestão no sentido de criar procedimentos e condições para redução do PMR. Apesar desse esforço as cobranças ficaram aquém das expectativas da empresa, na medida em que o valor recebido foi inferior ao previsto em orçamento. Além disso, os clientes de forma concertada requereram judicialmente a nulidade do Contrato de Concessão, invocando este facto para não cumprimento das obrigações em dívida.

Consentaneamente manteve-se o recurso à via judicial, à semelhança de anos anteriores, recorrendo a ações e injunções de forma a recuperar os créditos de clientes. No final do exercício o valor das ações/injunções ascendia a 32 M€.

Na estrutura de financiamento, concretamente, no que se refere a capitais alheios, o BEI representa aproximadamente 70% da dívida, assumindo-se como principal financiador da empresa.

Relativamente ao Fundo de Coesão, foram encerrados os projetos relativos às ligações técnicas de abastecimento e envio do Relatório Final ao gestor operacional. Globalmente o Fundo de Coesão, reembolsou em 2014, o valor de 1,2 M€.

Foi apresentado ao gestor setorial do Fundo de Coesão, um pedido do aumento da taxa de participação de 70% para os 85% nos projetos FCOES-130 e FCOES-131, significando um aumento estimado do cofinanciamento atribuído de 3.871.424 €, tendo merecido a aprovação dos responsáveis e contribuindo de imediato para as disponibilidades de tesouraria e no longo prazo para uma redução da tarifa a praticar, consubstanciando um ajustamento tarifário socialmente mais aceitável.



A. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

No ano em análise, a AdZC empenhou-se profundamente na implementação de medidas que permitissem uma redução de custos e, simultaneamente, o cumprimento da sua missão de acordo com os compromissos assumidos na Política de Responsabilidade Empresarial, objetivando garantir à população da sua área de intervenção, um serviço com um elevado nível de qualidade e eficiência. Apesar de não terem sido registados eventos prejudiciais ao normal funcionamento da organização, foi verificada uma diminuição da atividade, provocando a inversão do que vinha acontecendo desde a entrada em funcionamento da AdZC. Iniciaram a fase de exploração algumas infraestruturas, na sua maioria ligadas à atividade de saneamento.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1 GLOBAL

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes.

Três grande fatores explicam este arrefecimento: (i) os níveis de investimento na China diminuíram com impacto nas economias asiáticas; (ii) as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e (iii) a diminuição dos preços de algumas *commodities*, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

2.2 UNIÃO EUROPEIA

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11,6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11,9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no



mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0.7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0.6%. Apesar deste crescimento reduzido esteve a incerteza sobre os rendimentos futuros e o processo lento de desalavancagem no sector das famílias. Apesar de ter sido afetado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2.4% observado em 2013, crescendo 0.6%.

A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em Dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0.2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0.4%), influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2.5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

2.3 PORTUGAL

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0.9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1.1 pontos percentuais para um crescimento que se projeta em torno de 0.9%. Caso se confirme, o contributo desfavorável das exportações líquidas só encontra paralelo em 2010 ou nos anos imediatamente anteriores à crise financeira internacional.

As exportações desiludem e as importações aumentam acima do previsto. Vários fatores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2.2 p.p. para o total.

Deste modo, a atual projeção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2.5%, que contrasta com +3.5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, refletindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional. As exportações (sem



combustíveis) registam um comportamento assinalável, com um crescimento até Novembro de 4.7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China.

Nota para os serviços que representam atualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo no ano estimado em 16%).

Desde Julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, refletindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos, mas também fragilidade da procura interna e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0.3%.

Relativamente às contas públicas é previsível uma redução do défice do Estado para 6.42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014 (numa base de caixa). Esta evolução reflete o bom desempenho da receita fiscal, +6.2% face ao ano anterior, enquanto a despesa registou um crescimento de apenas 0.8% no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenho de uma trajetória de melhor sustentabilidade da dívida pública. A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014 (*Fonte: FMI world economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.*)

3. ENQUADRAMENTO DO SECTOR

Em 2014 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas para os setores das águas e dos resíduos, definidas pelas linhas orientadoras do Programa do XIX Governo Constitucional:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.



f.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 deram lugar a três eventos representativos dos esforços desenvolvidos nos setores das águas e resíduos desde 2012:

- a) A apresentação da estratégia integrada de reestruturação do setor das águas pelo senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, em outubro de 2014;
- b) A assinatura, em novembro de 2014, do contrato de compra e venda da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., ao agrupamento SUMA, vencedor do concurso público internacional;
- c) A conclusão dos trabalhos de elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas, PENSAAR 2010 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos, PERSU 2020 – Plano estratégico de resíduos sólidos urbanos, que definem as metas e objetivos do Estado para cada um dos setores.

No seguimento das alterações legislativas verificadas em 2013, de que se destacam a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho e Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram publicados em 2014 os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reforçando os seus poderes e independência;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que aprova a fatura detalhada para os serviços de águas e resíduos;
- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A..

Estratégia integrada de reestruturação do setor das águas

Considerada essencial para garantir a continuidade, a universalidade, a qualidade e a sustentabilidade na prestação destes serviços públicos, a reestruturação do setor das águas, assenta em quatro eixos fundamentais:

1. Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
2. Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
3. Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
4. Garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, com rigor e transparência na fixação das tarifas.

Esta estratégia foi objeto de consulta e pronúncia por parte dos municípios até ao final de 2014.

A estratégia integrada de reestruturação do setor das águas materializa-se nos seguintes instrumentos:

- PENSAAR 2020 - que, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável;

- POSEUR - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, consubstanciando os instrumentos financeiros de apoio a investimentos alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e com vista a promover o desenvolvimento do setor numa ótica de eficiência e de sustentabilidade e a permitir o atingimento dos objetivos nacionais e comunitários;
- Regulação Económica - criação de um novo quadro regulatório, focado na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, através do reforço dos estatutos da entidade reguladora e da criação de um regulamento tarifário que consubstancie o novo modelo regulatório para o setor, da implementação da fatura detalhada. Em dezembro de 2014, a ERSAR apresentou ao seu Conselho Consultivo, uma primeira proposta de regulamento tarifário para o setor das águas.
- Reorganização do setor de titularidade Estatal - materializada na reestruturação territorial e corporativa do grupo AdP tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência, que resultem em benefícios tarifários futuros. No que respeita aos processos de agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, registaram-se importantes desenvolvimentos, quer na componente de desenvolvimento dos estudos e modelos económicos e operacionais quer na componente de articulação com os diferentes stakeholders.

Planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos

Os planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos (PENSAAR 2020 e PERSU 2020, respetivamente) desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC), concluído em julho de 2014, que norteia a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

Os planos aprovados e os instrumentos de financiamento associados, cujos respetivos programas operacionais foram apresentados já no decorrer de 2015, evidenciam os novos desafios decorrentes de uma mudança de paradigma do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, com especial incidência no domínio dos resíduos, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4. REGULAÇÃO

As atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos desenvolvidos pelo grupo AdP são serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. A exploração e gestão dos sistemas está assente nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência e da prevalência da gestão empresarial.

No ano de 2014 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória nos sectores onde atuam as empresas que integram o grupo AdP, quer ao nível das formas de atuação e organização das empresas do sector quer ao nível dos poderes da Entidade Reguladora. Das alterações mais impactantes nas formas de atuação e organização das empresas do sector, destacam-se a privatização do sector dos resíduos em curso, permitida pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que acarreta a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de resíduos urbanos, e a possibilidade de agregação e reorganização territorial de sistemas multimunicipais de serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas.

É expectativa do grupo AdP que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental. Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, cuja produção de efeitos se prevê para 1 de janeiro de 2016. Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (*cost plus*) para um modelo de proveitos permitidos (*revenue cap*), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Este documento não é público, e nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei.

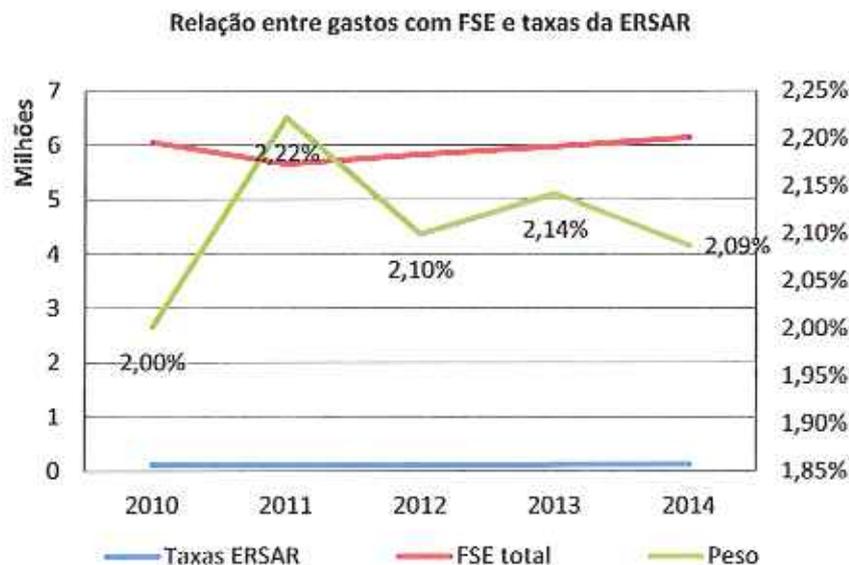
f. A
Gf

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para a AdP SGPS. A atuação da Águas do Zêzere e Côa, concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas está sujeita ao disposto no Decretos-Leis n.º 319/94, de 24 de dezembro e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.

No caso da Águas do Zêzere e Côa concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, durante o ano de 2014 densificaram-se os estudos e soluções necessários para a concretização das disposições contantes do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assenta, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias. Nos termos dos seus estatutos, a ERSAR é financiada através da cobrança de taxas de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço e da qualidade da água para consumo humano às entidades gestoras reguladas independente do modelo de gestão.

Nesse contexto, a Águas do Zêzere e Côa tem vindo ao longo dos anos a efetuar o pagamento respetivo destas taxas. Em 2014, apesar da continuação do esforço de contenção de gastos operacionais, nomeadamente com os FSE, verifica-se que o peso dos gastos suportados com as taxas da ERSAR (um gasto fixo) assume uma importância relativamente mais expressiva no total dos gastos incorridos pela Águas do Zêzere e Côa. No gráfico seguinte apresenta-se a relação entre a evolução dos FSE suportados pela Águas do Zêzere e Côa e as taxas ERSAR em percentagem desses gastos com os FSE, desde 2010.





4.1. REGULAÇÃO ECONÓMICA

Nos termos do disposto no contrato de concessão em vigor, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2014, iniciado em 31 de setembro de 2013, estendeu-se até 17 de março de 2014, sendo que após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Águas do Zêzere e Côa as tarifas foram aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite um mais adequado balanceamento entre os proveitos e os encargos de prestação dos serviços.

Em setembro de 2014 iniciou-se o ciclo orçamental para 2015, não tendo nem a proposta de orçamento nem a proposta tarifária sido aprovadas até 31 de dezembro de 2014. As propostas de orçamento e tarifa(s) para 2014 e para 2015 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro como dispõem os novos estatutos da ERSAR.

De acordo com o modelo regulatório vigente na maioria das entidades gestoras de sistemas multimunicipais e parcerias Estado-Autarquias, custo do serviço (*cost plus*) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (*superavit*), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade ou eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo AdP para 2014 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no Relatório e Contas consolidado de 2014 do grupo AdP.

A Entidade Reguladora apresentou, durante o ano de 2010, uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (*défice* e *superavit*) ou desvios de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade



contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão, exigem que não se adie por mais tempo o exposto reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

A concretização das soluções preconizadas no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitirá, no âmbito das agregações de sistemas multimunicipais, a definição de regras de registo e recuperação dos desvios tarifários.

4.2. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2014 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro. No gráfico seguinte apresentamos a evolução da qualidade de serviço prestada pela empresa.

4.3. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Nos termos da legislação, a Águas do Zêzere e Côa está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pela Águas do Zêzere e Côa.

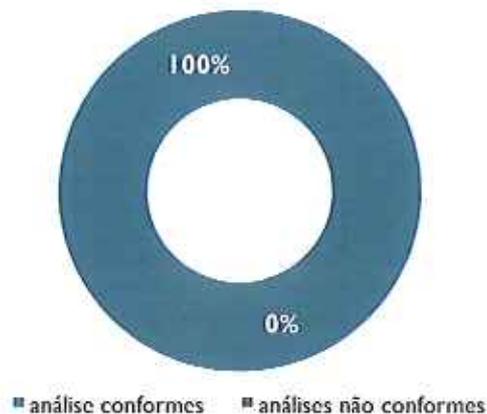
Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, deve elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação. O PCQA de 2014 foi submetido em 12-09-2013 e aprovado em 4-11-2014 pela ERSAR.

No cumprimento da legislação vigente, a Águas do Zêzere e Côa implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas entidades competentes.

Em 2014, no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 4633 análises, sendo que não foram detetados incumprimentos aos valores paramétricos.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4. No gráfico seguinte apresentamos a qualidade da água fornecida em 2014.

**Qualidade da Água Fornecida
(2014)**



Pela segunda vez em 2014, a Entidade Reguladora atribuiu selos de "Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano", a várias entidades, entre as quais foi distinguida a Águas do Zêzere e Côa.

Adicionalmente, a Águas do Zêzere e Côa foi distinguida com o selo "Qualidade do serviço de abastecimento público de água".

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (*Bonn Charter for Safe Drinking Water*) por iniciativa da *International Water Association (IWA)*.

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, a Águas do Zêzere e Côa tem intenção de implementar o Plano de Segurança da Água (PSA), reconhecendo nesta metodologia, potencialidades para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

4.4. REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1/março/2015, a cumprir, nomeadamente, com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da "fatura detalhada" vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

4.5. REGULAÇÃO AMBIENTAL

As entidades gestoras dos serviços de águas do grupo AdP estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental. A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

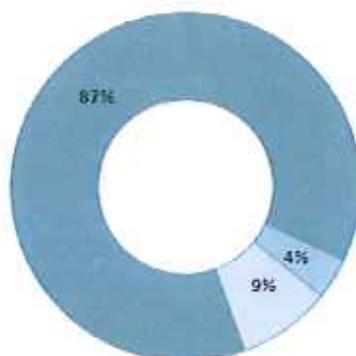
5. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

A impossibilidade de admitir novos colaboradores, aliada à política de redução de pessoal, estabelecida para as empresas do Setor Empresarial do Estado, nos últimos anos, tem vindo a gerar enormes dificuldades, na AdZC, principalmente a nível operacional, mesmo com recurso à mobilidade interna, no sentido de minimizar a situação. No final de 2014, a organização tinha 109 colaboradores, mas apenas 104 estavam, no ativo, sendo que serão apenas estes a ser considerados na análise seguinte.

No que se refere ao vínculo contratual, mantém-se o facto de o contrato sem termo ser o que liga o maior número de colaboradores, à AdZC, uma vez que é aplicável a 87% dos contratos, existentes. Esta situação contribuiu, de forma inequívoca para uma elevada estabilidade no emprego.

Recursos Humanos por Vínculo Contratual

■ Sem Termo ■ Termo Certo ■ Termo Incerto ■ Outro



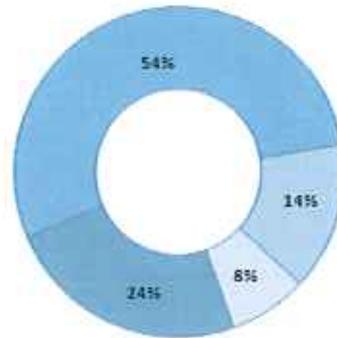
Ao nível da estrutura etária, a AdZC apresenta uma maioria, cerca de 78%, dos colaboradores com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, uma estrutura jovem.



Handwritten signatures in blue ink.

Recursos Humanos por Nível Étario

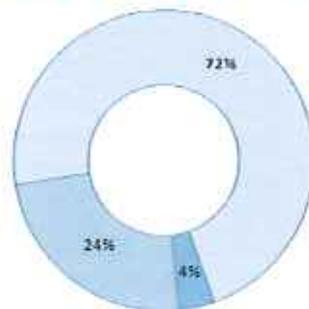
■ 19-25 ■ 26-35 ■ 36-45 ■ 46-55 ■ 56-65



Apesar da sua juventude a equipa apresenta um elevado nível de experiência, uma vez que 96% está na organização há mais de 6 anos. Os colaboradores são maioritariamente homens, afetos maioritariamente a operação de infraestruturas, representando no total de colaboradores ativos, cerca de 85%.

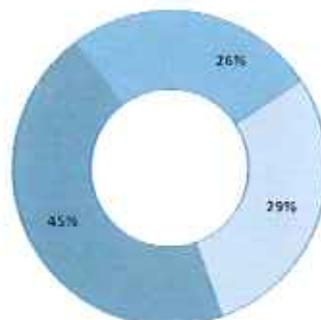
Recursos Humanos por Níveis de Antiguidade

■ >0<1 ■ >1<2 ■ >3<5 ■ >6<10 ■ >11<15



Recursos Humanos por Habilitações Literárias

■ Ensino Básico ■ Ensino Secundário ■ Ensino Superior



Os compromissos assumidos na Política de Responsabilidade Empresarial, relativamente à formação dos recursos humanos, traduzem uma preocupação permanente, da organização, no enriquecimento



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'G' and other marks.

do capital humano, tendo em conta as necessidades evidenciadas por cada colaborador, no seu Plano de Desenvolvimento Pessoal. Nesse sentido, foram proporcionadas cerca de 2.798 horas de formação ao longo do ano.

Em 2014 a taxa de absentismo foi de 3,1% e para a sua determinação contribuíram genericamente as ausências associadas a assistência à família.

Integrado no Sistema de Responsabilidade Empresarial a organização tem implementado e certificado sistemas de gestão com preocupações com o Bem-estar dos colaboradores e com o respeito dos Direitos Humanos, nomeadamente Higiene e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social.

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. RESULTADO LÍQUIDO

Em 2014 a empresa atingiu um resultado de 1,6 ME, melhorando o seu desempenho económico e financeiro face a 2013. Foi um ano satisfatoriamente positivo, comparativamente aos períodos anteriores, dado estarmos em presença do melhor resultado conseguido pela empresa até então.



Para este resultado, contribuíram um conjunto de fatores e circunstâncias, nomeadamente a atualização da tarifa e o desempenho operacional e financeiro da empresa. De salientar que a sociedade apresenta um resultado antes de imposto de 2,7 ME. No gráfico seguinte é apresentada a evolução dos resultados da empresa.

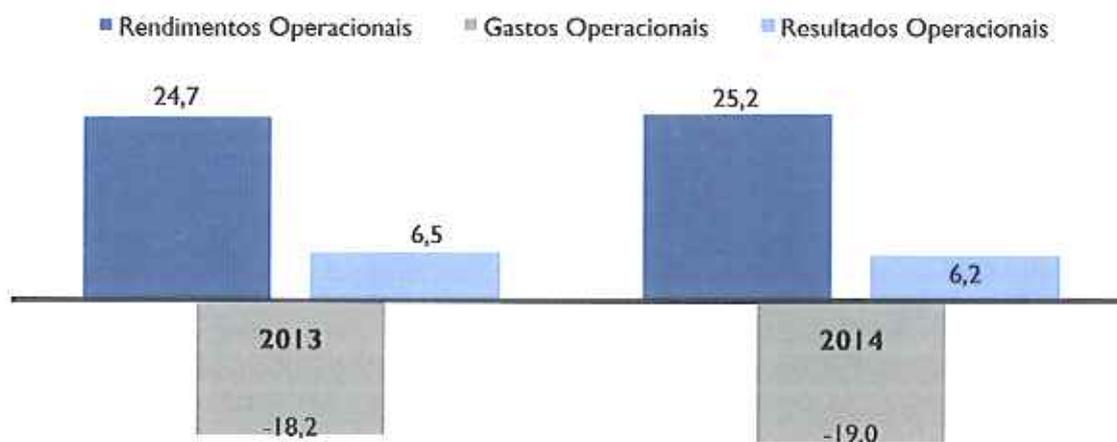


6.2. RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional em 2014 apresenta um ligeiro decréscimo face a 2013. Decorre, essencialmente, do aumento nos gastos operacionais, influenciados pelo aumento dos preços unitários, como a energia, os combustíveis e aumento dos gastos em rubricas como o tratamento das lamas. Contudo a eficiência conseguida ao nível das quantidades consumidas, deixa boas perspectivas para o desempenho futuro, naturalmente a conciliar com a variação na atividade que se venha a verificar. No quadro seguinte apresentamos a evolução dos resultados operacionais:

Resultado operacional			Variação 2013-2014	
	2013	2014	€	%
Rendimentos	24.712.536	25.165.729	453.193	2%
Gastos	18.188.954	18.986.425	797.472	4%
Resultado	6.523.582	6.179.304	-344.278	-5%

**Resultados Operacionais
(Rendimentos vs Gastos Operacionais)**
(milhões de Euros)



No que se refere aos rendimentos, apresenta-se no quadro seguinte, de forma mais desagregada, as principais rubricas.

Rendimentos Operacionais			Variação 2013-2014	
	2013	2014	€	%
Vendas	10.705.798	10.128.248	-577.550	-5%
Prestação de Serviços	11.124.591	11.974.523	849.932	8%
Volume de Negócios	21.830.389	22.102.771	272.382	1%
Subsídios ao investimento	2.753.843	2.866.704	112.861	4%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	128.304	196.254	67.950	53%
Total	24.712.536	25.165.729	453.193	2%

O esforço da gestão na racionalização e na redução dos gastos operacionais tem vindo materializar-se nos últimos exercícios com resultados positivos. A empresa tem vindo a implementar um conjunto de medidas nesse sentido e por forma a cumprir as obrigações decorrentes da Lei do Orçamentado de Estado e constantes do plano de desenvolvimento operacional para 2014.



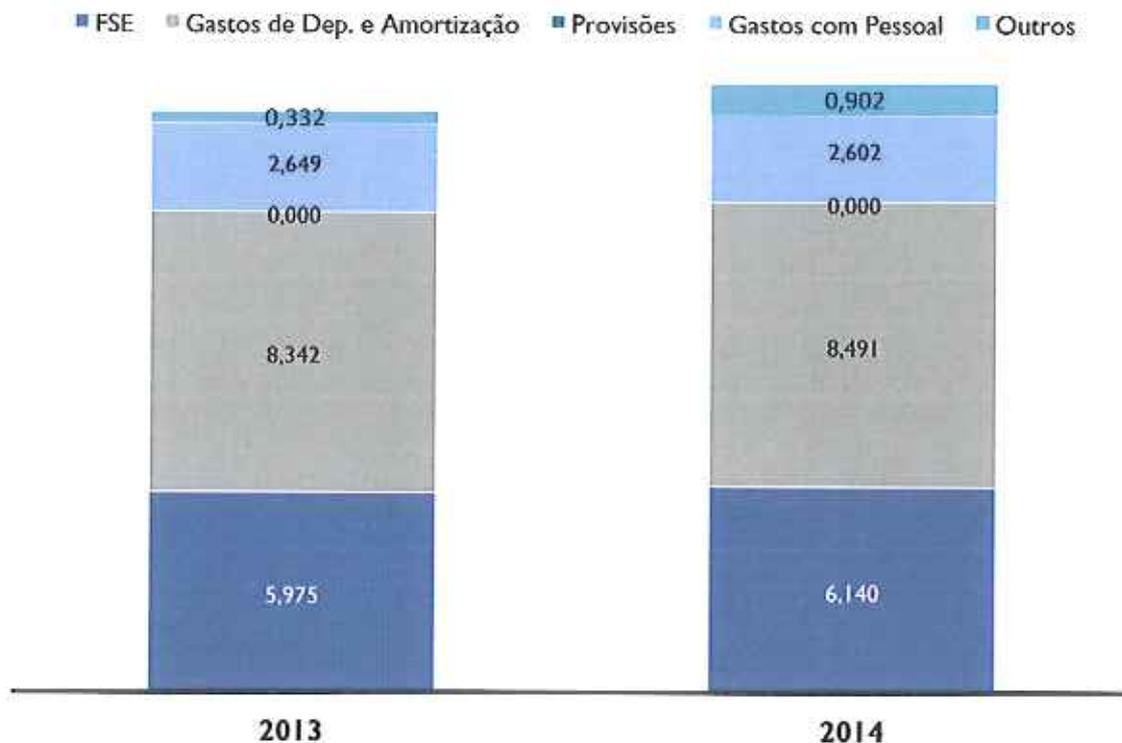
Os gastos operacionais atingiram o valor de 18,9 M€. No quadro abaixo são apresentados os gastos operacionais por rúbrica de despesa.

Gastos Operacionais	Variação 2013-2014			
	2013	2014	€	%
Custo das vendas/variação de inventários	891.590	852.042	-39.548	-4%
Fornecimentos e serviços externos	5.974.906	6.139.951	165.045	3%
Gastos com o pessoal	2.649.193	2.601.797	-47.396	-2%
Amortizações, dep. e reversões do exercício	8.341.678	8.490.906	149.228	2%
Provisões	0	0	0	
Outros gastos e perdas operacionais	331.586	901.730	570.143	172%
Total	18.188.954	18.986.425	797.472	4%

Devemos considerar que o número de infraestruturas em funcionamento tem vindo a aumentar, não sendo possível estabelecer uma relação proporcional entre os gastos e os proveitos, uma vez que estas infraestruturas, além de dimensão reduzida, têm uma reduzida taxa de atendimento, mas com custos de operação elevados.

Relativamente aos gastos com pessoal, não existe comparabilidade ao longo dos exercícios, dado que os pressupostos têm sido alterados em cada Orçamento de Estado. Contudo, o número de colaboradores diminuiu e não houve ajustamentos nas remunerações. No gráfico seguinte apresentamos uma comparação dos gastos operacionais nos últimos exercícios.

Gastos Operacionais (milhões de euros)

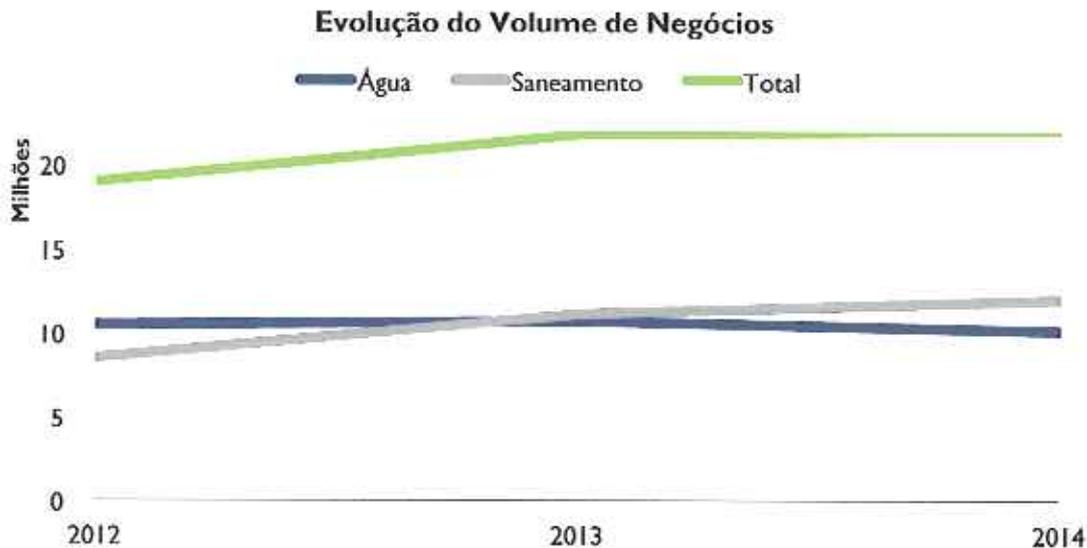


Em síntese a atividade operacional melhorou ligeiramente, acompanha um aumento dos gastos operacionais, na ordem dos 4% face ao período de 2012. O EBITDA (cash flow operacional) foi de 14.7 M€.

O ROCE (relação ente o EBIT e o capital empregue) passou de 3,6% para 3,4%.

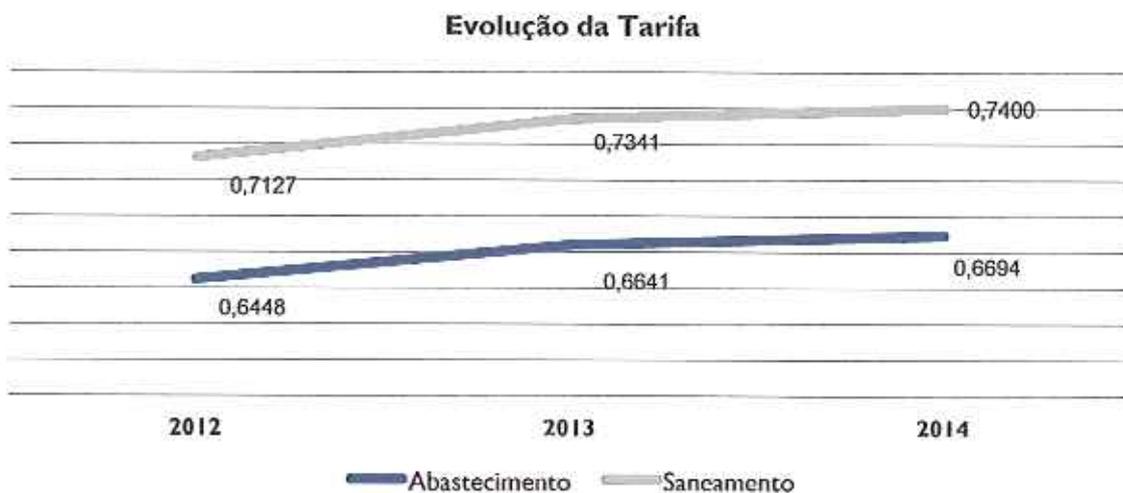
6.3. VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios da empresa tem um comportamento crescente desde 2010, sendo que a variação registada em 2014 resulta da atualização tarifária. Pois ao nível dos volumes vendidos em termos absolutos mantiveram-se os volumes registados em 2013. Em termos relativos, registamos um aumento nos volumes de saneamento, por oposição verificou-se uma redução no abastecimento. No quadro seguinte podemos observar a tendência no volume de negócios nos últimos três anos.



A expectativa da empresa e a tendência futura será da manutenção do volume de negócios atual, com ligeiras variações em função da atualização dos tarifários, dado que ao nível dos volumes prevê-se a estabilização dos mesmos, salvo os efeitos resultantes das condições atmosféricas, nomeadamente dos índices de pluviosidade.

No gráfico seguinte apresentamos a evolução da tarifa por atividade nos últimos três anos.



Ainda e no que se refere ao volume de negócios resultante da venda de água e do tratamento de afluentes, registamos em 2014, uma variação positiva face a 2013 de 1%. Sendo que ao nível do abastecimento foi registado um desvio negativo e ao nível do saneamento um desvio positivo, na ordem dos 8%.

Volume de Negócios	2013	2014	Variação 2013-2014	
			€	%
Vendas	10.705.798	10.128.248	-577.550	-5%
Prestação de Serviços	11.124.591	11.974.523	849.932	8%
Total	21.830.389	22.102.771	272.382	1%

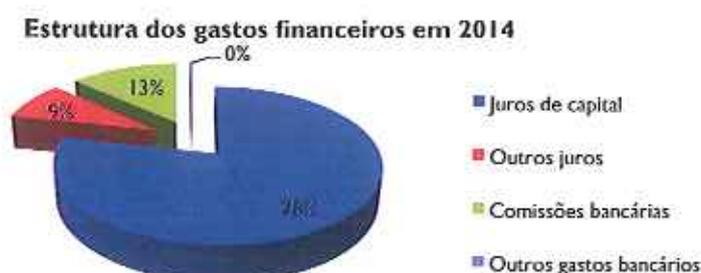
6.4. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, apresentados no quadro seguinte, são o resultado do saldo entre os gastos de financiamento, os juros de mora sobre dívida comercial de clientes e rendimentos do Fundo Renovação de Capital Social. Os gastos financeiros têm a sua origem no endividamento necessário à cobertura do investimento realizado até à data e cobertura dos *deficits* de tesouraria.

Rendimentos e Gastos financeiros	2013	2014	Variação 2013-2014	
			€	%
Gastos financeiros	8.266.767	7.781.966	-592.795	-7%
Rendimentos financeiros	3.273.883	4.362.194	278.714	9%
Resultados Financeiros	4.992.884	3.419.772	-871.509	-15%

6.5.1. GASTOS FINANCEIROS

A estrutura de financiamento da empresa assenta em dívida de longo prazo, essencialmente contraída junto do BEI, para financiamento do investimento realizado e em curso. O financiamento do exigível de curto prazo, está contratualizado junto do acionista principal (AdP SGPS) e da Banca comercial. No quadro seguinte apresentamos a estrutura dos gastos financeiros.



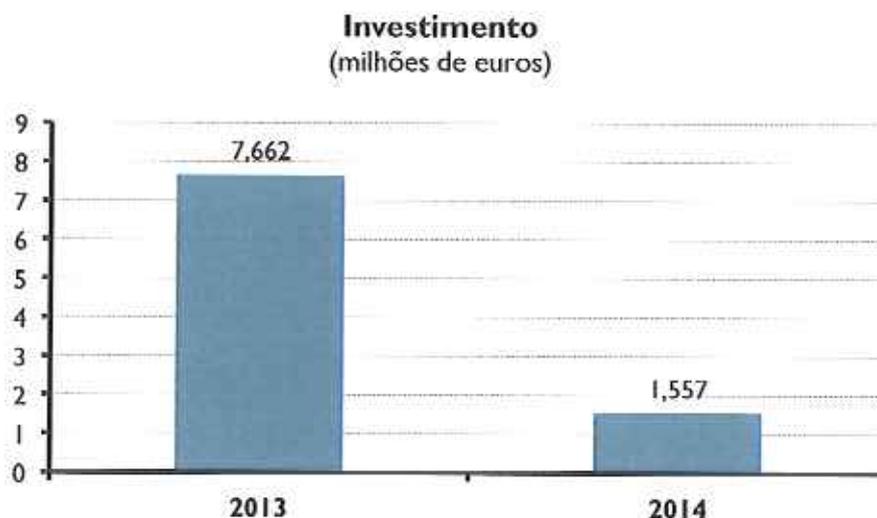
6.5.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos rendimentos financeiros, consta o débito de juros de mora sobre a dívida comercial, resultante dos atrasos verificados no pagamento por parte dos clientes. Consta ainda, a remuneração do Fundo de Reconstituição do Capital Social, aplicação financeira, que resulta do cumprimento das obrigações legais prescritas no Contrato de Concessão.

6.5. INVESTIMENTO

O investimento da empresa encontra-se relevado em Ativos Intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas, conforme prescreve a IFRIC 12, ascendendo a 312 M€. Onde se inclui, além do investimento realizado pela empresa, o património integrado de origem municipal. O montante de investimento em novas infraestruturas e beneficiação das existentes foi de 1,5 M€ de euros. No que se refere ao investimento em novas infraestruturas, foi a área de saneamento em que mais expressão teve. Referir ainda, o decréscimo dos ativos intangíveis em curso, resultado da conclusão da fase de obra de muitas infraestruturas e consequente início de operação.

As principais intervenções foram na remodelação da ETAR de Alverca da Beira, remodelação da ETAR de Loriga e construção das novas ETAR de Eirado, Cortiçada, Carapito, Cabeça, Meruge, Alvoco da Serra e Figueiró da Granja. Desta forma ficou concluído o plano de investimentos no que refere à construção de novas ETAR.

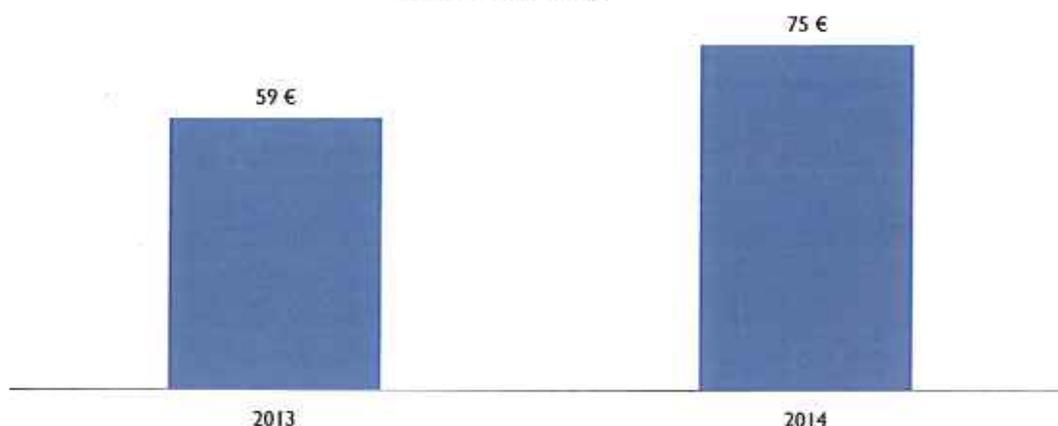


Na componente de reabilitação foram lançados os concursos e iniciadas as obras nas ETAR de Benquerença, Vila Verde e Aldeia das Dez. Foram, ainda, preparadas e apresentadas duas candidaturas para cofinanciamento da Remodelação da ETAR do Torrão e da ETAR de Oliveira do Hospital e trabalhos diversos nos emissários recetores e de descarga. No quadro seguinte apresentamos as principais variações ao nível do investimento da empresa.

6.6. DÍVIDA DE CLIENTES

A dívida de clientes, no final do exercício, era de cerca de 75 M€ representando um acréscimo de 14 M, equivalente a 60% dos serviços prestados no ano. A manutenção deste cenário afeta negativamente um dos objetivos de gestão definido, que tinha como propósito manter ou reduzir o prazo médio de recebimentos, mas acima de tudo, condiciona o normal funcionamento da atividade da empresa, provocando grandes dificuldades de tesouraria e atrasos no cumprimento das obrigações da empresa para com os fornecedores. Condiciona, ainda, a execução do plano de investimentos da empresa.

Evolução da Dívida de Clientes (inclui juros de mora)
(Milhões de euros)



A empresa tem vindo a debitar juros de mora sobre a dívida vencida nos termos previstos na legislação. A insuficiência na cobrança da dívida de clientes obriga a empresa recorrer a financiamento, suportando encargos financeiros de elevado montante, originando um agravamento significativo da tarifa, com efeito nos rendimentos e consequentemente nos resultados.

Atendendo ao valor da dívida, além dos esforços comerciais para a sua recuperação, foi necessário recorrer a todos os mecanismos legais para evitar a prescrição das faturas, tendo sido intentadas várias ações e injunções judiciais de forma a cobrar a dívida, que totalizam no final do exercício 32 M€. Parte da dívida, está negociada em acordos de pagamento, consubstanciando-se num montante atual em dívida de 7 M€.

6.7. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS (PMR) DOS UTILIZADORES, RELATIVO AO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO

No exercício o volume de faturação atingiu os 22,1 M€ (23,4 M€ com IVA acrescido de 5 M€ em juros de mora), tendo-se recebido apenas 10 M€, correspondente a menos de metade dos serviços disponibilizados aos clientes. Mantem-se a tendência continuada de agravamento do PMR, além de não ter sido possível receber os valores do ano, não foi possível recuperar a dívida acumulada a 31 de dezembro de 2013.



Em 2014 atingimos uma dívida 75 M€, equivalente aos serviços prestados em três anos e meio, com prazo médio de recebimento de 4 anos.

6.8. PASSIVO E OUTRAS RESPONSABILIDADES

O passivo total da AdZC atingiu os 318 M€, estando nos empréstimos bancários a maior expressão dos compromissos da empresa, num total de 197 M€, mais 10 M€ que em 2013. Os subsídios ao investimento, refletem o reconhecimento do direito aprovados ou previstos receber. O acréscimo de custo com investimento contratual, relacionados com as amortizações do investimento a realizar até final da concessão, regista uma redução pela transferência de investimento em curso, para ativo intangível.

No gráfico seguinte apresentamos os montantes desagregados de passivo corrente e não corrente.

Passivo	2013	2014	Variação		Peso
Passivo não corrente					
Provisões	0	0			
Empréstimos	152.569.538	150.671.836	-1.897.702	-1%	47%
Fornecedores e outros passivos não correntes	14.814.393	13.742.700	-1.071.693	-7%	4%
Impostos diferidos passivos	3.852.797	3.042.903	-809.894	-21%	1%
Acréscimos de gastos do investimento contratual	6.041.873	6.572.682	530.809	9%	2%
Subsídios ao investimento	90.418.486	89.732.684	-1.185.803	-1%	28%
Total	267.697.088	263.262.805	-4.434.283	-2%	83%
Passivo corrente					
Empréstimos	35.100.077	46.930.556	11.830.528	34%	15%
Fornecedores	3.798.165	4.544.212	746.047	20%	1%
Outros passivos correntes	3.138.064	3.739.502	601.438	19%	1%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.111.984	36.086	-1.075.898	-97%	0%
Estado e outros entes públicos	543.053	475.403	-67.650	-12%	0%
Total	43.691.294	55.725.760	12.034.466	28%	17%
Total do passivo	311.388.382	318.988.565	7.600.182	2%	100%

6.9. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

A estrutura do passivo assenta maioritariamente em passivo não corrente, estando este financiamento (70% do total do endividamento) contratado junto do BEI. As necessidades de curto prazo são satisfeitas com recurso a banca comercial e apoio da holding. A obtenção de financiamento (apoio tesouraria) necessário para manutenção da atividade da empresa é desenvolvida pela AdP SGPS, SA, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, SA tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Pela relevância, detalhamos no quadro abaixo a estrutura de financiamento da empresa

Estrutura do Financiamento	2013	2014	Variação		Peso
			€	%	%
Não Corrente					
Empréstimos AdP	13.000.000	13.000.000	0	0%	7%
Empréstimo BEI	138.222.860	136.448.842	-1.774.018	-1%	69%
Empréstimos Banca Comercial	1.346.678	1.222.994	-123.684	-1%	1%
Total Não Corrente	152.569.538	150.671.836	-1.897.702	-1%	76%
Corrente					
Empréstimos AdP	4.000.000	21.700.000	17.700.000	443%	11%
Empréstimos Banca Comercial	30.132.887	23.345.532	-6.787.355	-23%	12%
Empréstimo BEI	967.140	1.885.024	917.884	95%	1%
Total Corrente	35.100.027	46.930.556	11.830.529	34%	24%
Total de Financiamento	187.669.565	197.602.392	9.932.827	5%	100%

6.10. CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio é de 13,7 M€ tendo variado positivamente face a 2013 em 1,6 M€. Verificando-se, assim, o cumprimento do art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais. Os capitais próprios são superiores a metade do capital social realizado. Contudo, a empresa apresentou uma proposta de revisão do contrato de concessão, donde resultavam um conjunto de medidas para manutenção o cumprimento desta obrigação legal.

7. ATIVIDADE OPERACIONAL

A estimativa das Nações Unidas é que a população aumente mil milhões nos próximos 12 anos e que cheguemos aos 8,1 milhões em 2025 e 9,6 mil milhões em 2050. Para um número crescente de países, a população tem



vindo a diminuir e a ver agravar-se o envelhecimento, contribuindo para isso o "declínio acentuado e persistente da fecundidade", assim como o contínuo aumento da longevidade.

Portugal é um desses países. Somos um dos mais envelhecidos e, segundo dados apurados nos Censos de 2011 divulgados na pelo Eurostat, temos a taxa de natalidade mais baixa da União Europeia. As projeções de população do INE consideravam que a partir de 2013 já estivéssemos abaixo dos piores cenários traçados. Em 2060, conta-se que haja 307 idosos por cada 100 jovens. Esse envelhecimento tem vários impactos. Um deles é no orçamento. O boletim estatístico do Banco de Portugal (de junho) refere que a despesa pública com saúde em 2015 corresponderá a 6,5% do PIB e em 2060 esse peso será de 8,3%. Pelo contrário, desce a despesa com educação - de 4,1% em 2015 para 3,7% em 2060.

Este cenário ainda é mais agravado na área de influência da empresa. O retrato demográfico desta região caracteriza-se, essencialmente, por uma continuada redução da população e elevados índices de envelhecimento, apelidadas de uma zona demograficamente deprimida. No quadro seguinte apresentamos a evolução abrangida e servida, tendo como referência os Censos de 2001 e 2011.

Atendimento	2013	2014
População Abrangida		
- Abastecimento	206.367	206.367
- Saneamento	206.367	206.367
População Servida		
- Abastecimento	170.630	170.636
- Saneamento	152.733	153.364

Perante este cenário, confirmam-se as previsões da empresa na redução futura dos consumos e conseqüente atingimento da maturidade e capacidade da empresa. No quadro seguinte, apresentamos e quantificamos as infraestruturas em funcionamento, que são o suporte e garantia da capacidade instalada da empresa e conseqüente garantia do serviço em quantidade e qualidade.

Infraestruturas	2013	2014
Extensão da Rede em funcionamento (Km)		
Extensão da Rede em funcionamento (Km) - AA	1.366	1.372
Extensão da Rede em funcionamento (Km) - AR	489	514
Infraestruturas de transporte e tratamento		
Nº de ETA's em funcionamento	17	17
Nº de ETAR's em funcionamento	186	189
Nº de Estações Elevatórias em funcionamento (AA)	60	63
Nº de Estações Elevatórias em funcionamento (AR)	176	175
Nº de Reservatórios em funcionamento	366	364

A atividade da empresa, no conjunto dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, não variou face ao período homólogo, dado que a empresa está a aperar a generalidade das infraestruturas previstas e neste sentido atingiu a maturidade, ou seja, as infraestruturas previstas para o sistema de tratamento estão praticamente concluídas, estando a empresa próxima do nível máximo de atendimento e de serviço a população.

Estima-se que as variações futuras resultem de fatores endógenos, associados a índices de pluviosidade anómalos ou períodos de seca prolongados, e nesse sentido deve ser feita uma ressalva quanto a variabilidade dos caudais recolhidos e tratados, atendendo a influência exógena das condições ambientais nos volumes tratados.

Outra das razões, esta já incorporada nas estimativas futuras da empresa, está associada ao decréscimo populacional que se tem vindo a registar nas últimas décadas na região de intervenção da empresa. No quadro seguinte, apresentamos a evolução da atividade.

Atividade (m ³)	2013	2014
Abastecimento	16.839.318	15.932.868
Saneamento	15.134.528	16.029.555
Total	31.973.846	31.962.423

Varição	11%	0%
Abastecimento	-1%	-5%
Saneamento	29%	6%
Média	11%	0%

No que se refere a comparabilidade entre a previsão de atividade e o verificado, foi registado um desvio de 4% favorável, sendo que este desvio resulta essencialmente da atividade de saneamento e está justificado por fatores exógenos a empresa. Os caudais associados ao abastecimento de água tem vindo a diminuir, obrigando a empresa a uma reanálise das previsões e estimativas futuras dos consumos, pois, os comportamentos dos consumidores, adotando comportamentos mais racionais nos consumos, o despovoamento e o envelhecimento da população a que a região assiste, tende para consumos inferiores ao inicialmente previsto.

Atividade	Caudais (m ³)		
	OPT14	Real14	Varição
Abastecimento	17.234.210	15.932.868	-1.301.342 -8%
Saneamento	13.487.306	16.029.555	2.542.249 19%
Total	30.721.516	31.962.423	1.240.907 4%

Prosseguindo ações já implementadas e em face dos meios disponíveis, prorrogaram-se prestações de serviço no âmbito da gestão de resíduos, nomeadamente Gestão de resíduos de ETAR e Gestão de lamas de ETA, conforme estava previsto nos respetivos contratos. Considerando que a Prestação de Serviços de Operação e Manutenção de ETAR, a qual teve início em fevereiro de 2012, termina em janeiro de 2015. Foi lançado em outubro de 2014, o concurso público internacional para adjudicação da prestação de serviços que, na sequência desta última, permitirá continuar a operar instalações, para as quais a AdZC não dispõe de meios próprios.

Prevê-se que a nova prestação de serviços tenha início em maio de 2015. O preço base do concurso é de 1,05 M€ ano, para um período inicial de 3 anos, com possibilidade de ser prorrogado por mais 2 anos. Entre fevereiro e abril de 2015, a operação das instalações, será assegurada por prestações intercalares, lançadas em novembro de 2014 e contratadas com recurso a ajuste direto.

No âmbito da Gestão de Energia, lançou-se em 2013 e contrataram-se em 2014, prestações de serviços de Melhoria das redes de terras na ETA e na EEAB do Sabugal, Projeto Elétrico do PT da ETA da Capinha e EEAA do Prado e Exploração e Manutenção de Postos de Transformação de Potência, sendo esta última para assegurar a continuação da exploração e manutenção dos PT da AdZC e decorrerá por 2 anos, um ano mais um de prorrogação.

Ainda no âmbito da Gestão de Energia, além da adjudicação de algumas prestações de serviços de beneficiação de instalações e contratação de fornecimento de energia elétrica às instalações, foi contratada a prestação de serviços de SGCIE - Auditoria Energética à ETA do Caldeirão e a prestação de serviços de Manutenção de Sistemas AVAC e TIM III da Sede da AdZC, conforme obrigações legais a cumprir.

No referente à qualidade da água fornecida na ETA de Santo António do Rio, em Celorico da Beira, com um reduzido investimento de cerca de 15.000,00€, conseguimos melhorar de forma considerável a fiabilidade de funcionamento da instalação, nomeadamente através da precipitação, á cabeça, do ferro presente, em teor elevado, na água bruta.

A impossibilidade de, na presente conjuntura, reabilitarmos sistemas de abastecimento integrados dos municípios, alguns já com bastantes limitações e a necessitar intervenção, continuou a originar diversos problemas, principalmente nos meses mais quentes, em que as solicitações são maiores, obrigando a esforços redobrados na gestão dos recursos disponíveis, os quais são muito limitados.

Os caudais industriais que afluem às ETAR, provenientes das redes "em baixa" de gestão municipal, continuaram a constituir-se como um dos principais condicionantes ao adequado funcionamento de algumas instalações, sendo uma situação muito delicada, porque a entidade que gere os recursos hídricos, não atua sobre as indústrias por estas descarregarem nas redes "em baixa" de gestão municipal e as entidades gestoras das redes "em baixa" também não atuam porque as indústrias alegam não ter capacidade para suportar os custos do pré-tratamento, originando uma situação de impasse, com graves consequências para as instalações de tratamento.

Relativamente a qualidade da água fornecida, a qualidade dos efluentes tratados, volume da atividade e gastos operacionais, continuaram a ser tomadas diversas medidas, nomeadamente através da otimização dos meios disponíveis, da minimização de perdas, com a utilização das bases de dados de caudais e das ferramentas de gestão que vimos utilizando, bem como continuando a implementar planos de ação para beneficiação e correção das maiores fragilidades, bem como na melhoria da eficácia energética, nomeadamente através da identificação das instalações com maiores consumos energéticos para progressiva intervenção de otimização.

Os caudais industriais que afluem às ETAR, provenientes das redes "em baixa" de gestão municipal, continuaram a constituir-se como um dos principais condicionantes ao adequado funcionamento de algumas instalações, sendo uma situação muito delicada, porque a entidade que gere os recursos hídricos, não atua sobre as indústrias por estas descarregarem nas redes "em baixa" de gestão municipal e as entidades gestoras das redes "em baixa" também não atuam porque as indústrias alegam não ter capacidade para suportar os custos do pré-tratamento, originando uma situação de impasse, com graves consequências para as instalações de tratamento.

Na vertente da Conservação / Manutenção, deu-se início a um controlo apertado das roturas nas condutas de abastecimento de água, com o cadastramento e análise de causas. Foram identificados alguns troços críticos, principalmente em infraestruturas integradas, com substituição de tubagem e alguns assessorios.

Os gastos nesta rubrica tem vindo a crescer nos últimos anos, apesar do rigoroso controle por parte da gestão. Contudo o uso e o envelhecimento das infraestruturas obrigarão a aumento futuro desta rubrica. No quadro seguinte apresentamos um resumo dos gastos em conservação e manutenção.

Gastos em Conservação e Reparação	Real 2013	Real 2014	variação	
			€	%
Edifícios e outras construções	5.102	12.552	7.450	146%
Equipamento básico	772.032	883.328	111.296	14%
Equipamento transporte	20.598	20.972	375	2%
Ferramentas e utensílios	266	214	-52	-20%
Equipamento administrativo	2.056	2.056	0	0%
Total	800.053	919.122	119.069	15%

No que se refere ao fornecimento de água para consumo humano, foi-lhe atribuído, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano 2014, outorgado, pela ERSAR, às entidades gestoras que apresentam o valor de 100%, na avaliação da qualidade da água. Foi nomeada para a disputa anual dos "Prémio de Qualidade de Serviço em Águas e Resíduos 2014", nesse mesmo tema. Confirmando um desempenho direcionado para a melhoria contínua, foi distinguida, primeira vez, com o Selo de Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água 2014.

Relativamente à qualidade da água residual tratada verificou-se uma melhoria na qualidade da água residual tratada.

8. OBJETIVOS DE GESTÃO

Em Assembleia Geral de 24 de Abril de 2014 foram definidos e aprovados os objetivos à gestão para o ano de 2014. No mapa seguinte apresentamos o nível de atingimento dos objetivos fixados. Referir ainda, que valor certificado destes indicadores consta do relatório emitido pela Auditoria Interna e controle de Risco, em anexo.

	Indicador	Valor final*	Avaliação	Fórmula de Cálculo
Eficiência	Plano de Redução de Gastos (PRG)	43,4%	Atingido	$PRG = \frac{CMVM + FSE + (GP - Indemnizações)}{\text{Volume de Negócios}}$
	Dívida Comercial de Devedores Municipais	114,2%	Atingido	$DCDMA = \frac{\text{Saldo dívida vencida 31 dez 2014}}{\text{saldo dívida vencida 31 dez 2013}}$
	Degradação da Tesouraria de Exploração	98,5%	Atingido	$DTE = \frac{PMR2014 - PMP2014}{PMR2013 - PMP2013}$
Financelros	ROCE	3,4%	Não Atingido	$ROCE = \frac{EBIT}{\text{CAPITAL EMPREGUE}}$
	Margem EBITDA	97,5%	Atingido	$ME = \frac{ME2014}{ME2013}$
	Qualidade da Água	100%	Superado	$QA = \frac{QA2014}{QA2013}$
Ambiente	Qualidade dos Efluentes Tratados	95,40%	Atingido	(infra-estruturas do Contrato de Concessão com investimento concluído) $QAR = \frac{QAR2014}{QAR2013}$
	Cumprimento dos Prazos de Reporte	-1	Atingido	-
Reporte	Cumprimentos de Orientações Corporativas	100%	Atingido	-

*Valores não certificados

Valor Final 2,0

9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

A AdZC deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
Gestão do Risco Financeiro	X				
Evolução do FMP a fornecedores	X				
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas	X				Não houve recomendações
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Auditor Externa - redução remuneratória nos termos do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013	X				
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014	X				
Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 33.º da Lei 83-C/2013 e da Lei 75/2014	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso das despesas de representação pessoal			X		
Controlo Público					
Normas de controlo público	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X				
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Parque Automóvel	X				
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 60.º e 61.º Lei n.º 83-C/2013					
Redução de gastos operacionais			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Redução de gastos com comunicações e deslocações			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Nº de cargos dirigentes			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Limites ao endividamento (DL 133/2013)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.
Princípio da Igualdade de Género	X				

A Águas do Zêzere e Côa por intermédio da AdP, SGPS, aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial.

- **Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de Abril; DL 133/2013)**

Foram aprovados em Assembleia Geral, objetivos à gestão. O nível de atingimento está apresentado no ponto Indicadores de Gestão deste Relatório.

- **Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de Abril)**

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

- **Evolução do prazo médio de pagamento RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos**

PMP	2013				2014				Variação 4.º T 2014/4.º T 2013
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
Dias	162	142	136	122	125	144	168	234	92%

- **Recomendações do acionista**
A AdZC não foi alvo de qualquer recomendação dos acionistas aquando da aprovação das contas de 2014;
- **Determinações sobre remunerações**
Conforme quadro anterior
- **Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público**
Conforme quadro anterior
- **Compras; contratação pública; medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços**
O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.
Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros.
De entre o universo das categorias contratadas destaque para a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada.
Neste campo a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada. Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria com

benefícios apreciáveis como os que foi possível obter com a realização de um leilão eletrónico para a contratação dos serviços de voz fixa e móvel para o universo do Grupo AdP.

- **Medidas de redução de gastos operacionais**

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

- **Cumprimento da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 – SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a holding criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio e prudência da estrutura de financiamento e risco de liquidez numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução parcial das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, em nome das empresas do grupo AdP, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa parcial foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do grupo AdP através do Despacho n.º 2671/14 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

% de cash depositado no IGCP

Por tipo de aplicação	Total	IGCP	Outros
Médio e longo prazo	35.26%	80.53%	4.67%
Curto prazo	64.74%	19.47%	95.33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

- **Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas**

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

- **Quadro com informação a constar no site do SEE**

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

- **Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género**

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.



10. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para 2015, pretende-se continuar a melhorar os indicadores da exploração de infraestruturas, com um dos principais enfoques na otimização dos meios humanos e materiais, explorando a relação, quase sempre antagónica, de aumento do volume de atividade com a manutenção de meios operacionais, contando para isso com o recurso à contratação externa de algumas atividades, nomeadamente a exploração de ETAR, a gestão de resíduos de ETA e ETAR, a exploração e manutenção de PT, além do alargamento progressivo das ferramentas de telegestão ao maior número possível de infraestruturas.

Contudo, a estratégia futura, nomeadamente para o ano 2015, está dependente e fortemente condicionada pelo plano de reestruturação do sector das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em 5 sistemas de maior dimensão, maximizando ganhos de escala e de gama, com benefícios para a tarifa, atenuando a disparidade tarifária e normalizando a relação com os Municípios.

Neste momento depois de efetuados os estudos correspondentes, prosseguem os trabalhos conducentes aos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades da Águas do Zêzere e Côa, S.A. serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às atuais atividades da Águas do Zêzere e Côa, S.A.. Espera-se que este processo esteja concluído até ao final do primeiro semestre de 2015.

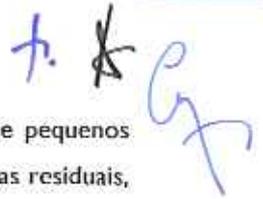
Pelo que muito do trabalho da empresa, passará pela participação e colaboração no esforço comum de preparação da agregação, participando em reuniões e fornecendo diversa informação necessária à definição da nova empresa.

Consentaneamente, continuaremos empenhados na gestão e na melhoria do desempenho operacional da empresa e no cumprimento do esforço de contenção orçamental, bastante severa para uma organização com os constrangimentos operacionais da Águas do Zêzere e Côa, sem prejudicar o desempenho desejado.

Apesar dos constrangimentos, pretende-se continuar a introduzir melhorias em instalações mais importantes e necessitadas, nomeadamente as constantes do plano de ações específicas delineado em 2013, com notório impacto positivo no desempenho global da empresa.

A atual prestação de serviços de exploração de ETAR termina em janeiro de 2015, pelo que, durante o ano de 2014 foi lançado o procedimento para adjudicação da próxima prestação, uma vez que a AdZC não tem meios para operar essas instalações.

Em termos de volume de atividade, com o objetivo de cerca de 31.206.858 m³, com 16.807.512 m³ para o abastecimento e 14.399.346 m³ para o saneamento, algo superior ao de 2014, prevê-se que o volume de atividade fique em linha com a previsão ou ligeiramente abaixo da mesma.



Na qualidade da água fornecida, as melhorias a introduzir nalgumas instalações e a recuperação de pequenos problemas, deverá consolidar os resultados globais do sistema. Na qualidade do tratamento das águas residuais, apesar de ainda continuarem a entrar em serviço algumas ETAR, com as implicações inerentes, e de ser uma atividade que depende do comportamento da rede "em baixa", vamos continuar a trabalhar para melhorar o desempenho das instalações, tendo em vista o objetivo de 100% de cumprimento.

A empresa pretende manter a estratégia tendente a otimização contínua dos processos de melhoria e eficiência operacional, melhorando os indicadores de qualidade e assegurar os índices reconhecidamente já conseguidos, que originaram a atribuição, pela ERSAR, do Selo de Qualidade da Água Exemplar para Consumo Humano.

Para 2015 pretende-se executar um plano de investimentos estimado em cerca de 4M€, aonde se inclui a remodelação da ETAR do Torrão e do Emissário Recetor, bem como a execução de um conjunto de melhorias no processo de tratamento da ETAR de Oliveira do Hospital e prolongamento do emissário de descarga. Estas duas empreitadas, tem essencialmente como objetivo o cumprimento dos requisitos ambientais e qualificação dos processos de tratamento.

Estes investimentos estão candidatados a cofinanciamento no âmbito do POVT ou no novo Plano Estratégico de Eficiência e utilização dos Recursos. Assim, sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

Concluído a generalidade do plano de investimento da empresa, é agora fundamental, para a organização uma focalização na vertente de gestão e operação, sendo invocativa de estratégias que procurem, dentro do contexto e das especificidades do território em que opera, encontrar soluções mais eficientes e capazes. Apesar dos constrangimentos, pretende-se continuar a introduzir melhorias em instalações mais importantes e necessitadas, que se traduzam em mais eficiência e com notório impacto positivo no desempenho global da empresa.

Para o efeito, pretende-se continuar a melhorar os indicadores, de uma forma geral e especificamente os ligados à exploração de infraestruturas, com um dos principais enfoques na racionalização dos meios humanos e materiais, explorando a relação, quase sempre antagónica, de aumento do volume de atividade com a manutenção de meios operacionais.

Na qualidade da água fornecida, o trabalho de eliminação de pequenas origens de água que eram problemáticas e a recuperação de pequenos problemas nas instalações, deverá consolidar os resultados globais do sistema. Na qualidade do tratamento das águas residuais, apesar de ainda continuarem a entrar em serviço várias ETAR, com



as implicações inerentes e de ser uma atividade que depende do comportamento da rede "em baixa", vamos continuar a melhorar o desempenho das instalações, tendo em vista o objetivo de 100% de cumprimento.

Em suma, a racionalização dos gastos, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais, conjuntamente com o esforço de enquadramento da política tarifária, num custo socialmente aceitável, serão as grandes linhas orientadoras da nossa ação futura.

11. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foram assinalados fatos relevantes após o término do exercício.

12. SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A AdZC não possui qualquer sucursal.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração quer expressar o seu agradecimento aos senhores acionistas pela confiança e apoio que têm prestado à Empresa.

Às Câmaras Municipais, enquanto Clientes e utilizadores do sistema, pretendemos reafirmar a nossa determinação na procura da melhoria da nossa prestação.

Às entidades que nos apoiaram, nomeadamente a S. Ex. o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e ao seu Ministério, POVT, IFDR, ERSAR, Banca e Fornecedores, o nosso reconhecido agradecimento pelo apoio e orientações que nos facultaram.

Aos Órgãos de Fiscalização queremos manifestar o nosso agradecimento pela forma como acompanharam a atividade da Empresa.

Finalmente uma palavra de apreço a todos os colaboradores, que na situação social adversa se têm empenhado, na concretização dos objetivos estabelecidos e na procura, constante, de soluções com maior grau de eficiência, que permita responder às exigências com que nos deparamos, num contributo essencial para o bom desempenho da AdZC.

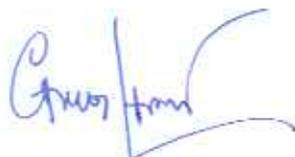
14. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

As contas relativas ao exercício económico de 2014 apresentam um Resultado Líquido de 1.603.755,58 € (um milhão, seiscentos e três mil e setecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), propondo o Conselho de Administração a seguinte aplicação:

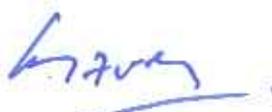
Cobertura de prejuízos: 1.603.755,58 Euros

O Conselho de Administração

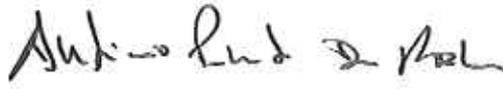
O Presidente


Eng.º Carlos Manuel Martins

Vogal


Dr. Carlos Manuel Gonçalves Veloso

Vogal


Dr. António Pinto Dias Rocha

Guarda, 17 de fevereiro de 2015

15. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas da Zêzere e Côa, S.A. era, em 31 de dezembro de 2014, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte:

Accionistas	Acções	Valor	%
AdP SGPS	4.014.224	20.071.120	75,43%
AdP SGPS	640.000	3.200.000	12,03%
Associação Mun C. Beira	20.000	100.000	0,38%
Mun Almeida	24.967	124.835	0,47%
Mun Belmonte	13.758	68.790	0,26%
Mun F C Rodrigo	18.392	91.960	0,35%
Mun Fundão	56.082	280.410	1,05%
Mun Guarda	86.220	431.100	1,62%
Mun Manteigas	20.928	104.640	0,39%
Mun Mêda	17.244	86.220	0,32%
Mun Penamacor	18.831	94.155	0,35%
Mun Pinhel	32.901	164.505	0,62%
Mun Sabugal	30.677	153.385	0,58%
Mun. Aguiar da Beira	21.647	108.235	0,41%
Mun. Fornos Algodres	23.310	116.550	0,44%
Mun. Gouveia	65.602	328.010	1,23%
Mun. Oliveira Hospital	91.863	459.315	1,73%
Mun. Seia	124.866	624.330	2,35%
TOTAL GERAL	5.321.512	26.607.560	100%



16. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

**RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS**

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2014.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nossa juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

3. Parecer

Faca ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global do administrador executivo, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conselhos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Guarda, 17 de Fevereiro de 2015

Os Administradores não executivos,

(Carlos Manuel Martins)

(António Rocha)



[Handwritten signature]

B. CONTAS INDIVIDUAIS 2014



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and 'G' and a smaller signature below.

A. INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A., submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2014. Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira - Balanço em 31-12-2014;
- Demonstração dos resultados em 31-12-2014;
- Demonstração do rendimento integral em 31-12-2014;
- Demonstração das variações do capital próprio em 31-12-2014;
- Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31-12-2014.

Constituem, também, elemento do Relatório o seguinte Anexo:

- Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.
- Certificação Legal das Contas

B. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Demonstração da Posição Financeira em 31-12-2014**

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos intangíveis	6	236.120.705	242.523.651
Investimentos financeiros	7	6.397.595	5.836.591
Impostos diferidos Ativos	8	9.206.447	9.606.958
Clientes e outros Ativos não correntes	9	4.611.225	5.827.409
		256.335.973	263.794.610
Ativo corrente			
Inventários	10	118.696	138.618
Clientes	11	73.410.278	55.781.253
Estado e outros entes públicos	12	13.749	116.773
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	0	0
Outros Ativos correntes	13	2.743.454	2.188.595
Calxa e depósitos bancários	14	161.884	1.560.246
		76.448.060	59.785.485
		332.784.033	323.580.095
Total do Ativo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	15	26.607.560	26.607.560
Reservas e outros ajustamentos	15	4.649.648	4.649.648
Resultados transitados	15	-19.065.496	-19.987.292
Resultado líquido do exercício	15	1.603.756	921.797
		13.795.468	12.191.713
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos	16	150.671.836	152.569.538
Fornecedores e outros passivos não correntes	17	13.742.700	14.814.393
Impostos diferidos passivos	8	3.042.903	3.852.797
Acréscimos de gastos do investimento contratual	18	6.572.682	6.041.873
Subsídios ao investimento	19	89.232.684	90.418.486
		263.262.805	267.697.088
Passivo corrente			
Empréstimos	16	46.930.556	35.100.027
Fornecedores	20	4.544.212	3.798.165
Outros passivos correntes	21	3.739.502	3.138.064
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	36.086	1.111.984
Estado e outros entes públicos	12	475.403	543.053
		55.725.760	43.691.294
		318.988.565	311.388.382
		332.784.033	323.580.095
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo			

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstração dos Resultados em 31-12-2014

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas	23	10.128.248	10.705.798
Prestações de Serviços	23	11.974.523	11.124.591
Volume de Negócios		22.102.771	21.830.389
Custo das vendas/variação de inventários	24	-852.042	-891.590
Margem bruta		21.250.729	20.938.798
Fornecimentos e serviços externos	25	-6.139.951	-5.974.906
Gastos com o pessoal	26	-2.601.797	-2.649.193
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	27	-8.490.906	-8.341.678
Subsídios ao investimento	19	2.866.704	2.753.843
Outros gastos e perdas operacionais	28	-901.730	-331.586
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	196.254	128.304
Resultados operacionais		6.179.304	6.523.582
Gastos financeiros	30	-7.781.966	-8.266.767
Rendimentos financeiros	31	4.362.194	3.273.883
Resultados financeiros		-3.419.772	-4.992.884
Resultados antes de impostos		2.759.531	1.530.698
Imposto do exercício	22	-1.565.160	-1.674.040
Imposto diferido	8	409.384	1.065.138
Resultado líquido do exercício operações continuadas		1.603.756	921.797
Resultado líquido do exercício operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		1.603.756	921.797
Resultado por ação (básico e diluído)	15	0,30	0,17

Demonstração do rendimento integral

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31-12-2014	31-12-2013
Resultado líquido do exercício	16	1.603.756	921.797
Ganhos de reavaliações		-	-
Perdas atuariais		-	-
Rendimento integral		1.603.756	921.797

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

António Pinheiro de Almeida

[Assinatura]

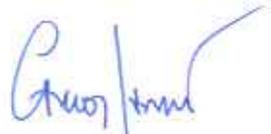
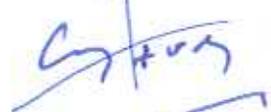
Demonstração das Variações do Capital Próprio em 31-12-2014

Valores em Euros

Rubricas	Capital realizado	Reservas e outros ajustamentos	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 Dezembro 2012	26.607.560	4.649.648	-18.734.457	-1.252.835	11.269.916
Aplicação do resultado de 2012			-1.252.835	1.252.835	0
Dividendos					0
Resultado líquido do exercício de 2013				921.797	921.797
Saldos 31 Dezembro 2013	26.607.560	4.649.648	-19.987.292	921.796	12.191.713
Aplicação do resultado de 2013			921.797	-921.797	0
Dividendos					0
Resultado líquido do exercício de 2014				1.603.756	1.603.756
Saldos 31 Dezembro 2014	26.607.560	4.649.648	-19.065.495	1.603.755	13.795.468

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro



 António Rocha dos Prazeres



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31-12-2014

Valores em Euros

Rubricas	Períodos	
	31-12-2014	31-12-2013
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	9.954.273	12.784.216
Recebimentos do Estado e Outros Entes Públicos	75.000	150.000
Outros Recebimentos Operacionais	474.346	322.938
Pagamentos a fornecedores	-7.353.009	-7.978.707
Pagamentos ao pessoal	-1.644.225	-1.680.921
Pagamento do Estado e Outros Entes Públicos	-3.829.080	-2.116.373
Outros Pagamentos Operacionais	-930.749	-694.040
Fluxo das actividades operacionais	-3.253.445	787.113
Fluxo de caixa das actividades de Investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros		0
Recebimentos de activos fixos tangíveis		0
Recebimentos de activos intangíveis		0
Recebimentos de subsídios de investimento	1.264.339	14.562.913
Recebimentos de juros e rendimentos similares	771.992	1.025.785
Pagamentos de investimentos financeiros	-561.004	-561.004
Pagamentos de activos fixos tangíveis	0	0
Pagamentos de activos intangíveis	-761.705	-383.370
Pagamentos de activos tangíveis e intangíveis em curso	-1.589.533	-4.971.212
Fluxo das actividades de investimento	-875.911	9.673.111
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	40.353.200	44.293.200
Recebimentos de realizações de capital	0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	-34.071.920	-44.935.250
Pagamentos de juros e gastos similares	-7.324.617	-8.323.007
Pagamentos de dividendos	0	0
Fluxo das actividades de financiamento	-1.043.337	-8.965.057
Varição de caixa e seus equivalentes	-5.172.693	1.495.168
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.553.510	58.342
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-3.619.183	1.553.510

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Rubricas	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	20.860	35.055
Depósitos à ordem	141.024	1.525.191
Depósitos a prazo	0	0
	161.884	1.560.246
Descobertos bancários	-3.781.067	-6.736
	-3.619.183	1.553.510

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

C. NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Atividade Económica da Águas do Zêzere e Côa, S.A.

1.1. Introdução

A Águas do Zêzere e Côa, S.A. (adiante designada também por Águas do Zêzere e Côa, S.A. ou Empresa ou Sociedade) foi constituída pelo Decreto-Lei 121/2000, de 4 de Julho, tendo a sua sede social na Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, 21 R/C, na cidade da Guarda. A Águas do Zêzere e Côa, S.A., tem como atividade principal a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Alto Zêzere e Côa.

1.2. Atividade

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento, do Alto Zêzere e Côa". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 15 de Setembro de 2000, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da concessão, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal do Alto Zêzere e Côa, pelo prazo de 30 anos. O Sistema Multimunicipal abrange atualmente os municípios de Almeida, Belmonte, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Oliveira do Hospital, Seia e Aguiar da Beira.

As contas do exercício de 2014 foram elaboradas tendo por base o Estudo de Viabilidade Económico Financeira, remetido ao Concedente no mês de janeiro de 2010, com as alterações da nova versão remetida em outubro de 2011, o qual apesar de ainda não estar aprovado pelo Concedente, traduz o cenário que mais se aproxima da realidade da Empresa, nomeadamente no que se refere ao alargamento do prazo da Concessão para 50 anos e nas estimativas de caudais a faturar e de investimento a realizar.

1.3 Acionistas

São acionistas da Águas do Zêzere e Côa, S.A. a AdP SGPS (87,46% do capital social), a Associação de Municípios da Cova da Beira (0,38%), os Municípios de Aguiar da Beira (0,41%), de Almeida (0,47%), de Belmonte (0,26%), de Figueira de Castelo Rodrigo (0,35%), de Fornos de Algodres (0,44%), do Fundão (1,05%), de Gouveia (1,23%), da Guarda (1,62%), de Manteigas (0,39%), de Mêda (0,32%), do Oliveira do Hospital (1,73%), de Penamacor (0,35%), de Pinhel (0,62%), do Sabugal (0,58%) e o Município de Seia (2,35%).

1.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 20 de Fevereiro de 2015.



f. g.
A
my

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Zêzere e Côa, S.A. foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

2.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigo a partir de 1 de janeiro de 2014

Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de Interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. Um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente: (a) poder sobre a investida; (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores.

A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28. A IFRS 12 Divulgação de

participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas. Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais. O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem: (a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e (b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Para isso, uma entidade deve divulgar: (a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e (b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade. Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

Emenda IAS 39 Instrumentos financeiros derivados

A emenda cobre as novações: que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes; que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação. Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção. A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários. Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

Emenda à IAS 32 – Instrumentos financeiros derivados (divulgações)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros. O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade do reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'G' and a signature 'my' at the bottom right.]

Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutas Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)

As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo "material", por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão "material" de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Alterações à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

Alterações à IAS 28 Investimentos em associadas e *joint ventures*

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures* à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.1.3. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015

Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)

Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras

normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de *performance*.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis e IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao porfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de activos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.1.4 Novas normas, interpretações e alterações, ainda não endossadas pela União Europeia, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em de 6 de Maio de 2014)

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de Agosto 2014)

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de Janeiro de 2014)

IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de Junho de 2014)



IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de Maio de 2014)

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de Setembro de 2014):

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

IAS 19 – Benefícios de Empregados

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Zêzere e Côa, S.A. estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Zêzere e Côa, S.A. e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Zêzere e Côa, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.3.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro, com poderes reforçados pela Lei 10/2014, que aprovou os seus novos Estatutos) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8, a Águas do Zêzere e Côa, S.A., com atividades reguladas, adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras

prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Zêzere e Côa, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

A Concessão atribuída à Águas do Zêzere e Côa, S.A. tem atualmente as seguintes características:

Água e Saneamento/ Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência
Água e Saneamento	Concessão	30 anos	2000-2030	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

A taxa média de rentabilidade das OT foi fixada em 3,75%, respetando o valor máximo constante do Despacho do MAMAOT de 25/01/2013, em vigor durante o período do PAEF. A remuneração aplicada em 2014 foi de 6,75%.

Foi apresentado ao Concedente proposta de revisão do Contrato de Concessão com a extensão do prazo da concessão para 50 anos.

2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Zêzere e Côa, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Zêzere e Côa, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Zêzere e Côa, S.A. assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de equilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Zêzere e Côa, S.A. como concessionárias de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão (2004)	Número de anos do contrato de concessão (2004)	Total de caudais do contrato de concessão (2004)	Total do investimento da concessão revisto (último EVEF submetido: 2011)	Número de anos da concessão (último EVEF submetido: 2011)	Total de caudais revistos (último EVEF submetido: 2011)	Taxa média de amortização do ano de 2014
269.294.755 €	30 anos	817.155.557 m ³	349.341.797 €	50 anos	1.307.738.842 m ³	3,06%

O total dos caudais revistos inclui os caudais já faturados e os previstos faturar até ao final da concessão.

2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'G', and 'M'.

2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas do Zêzere e Côa, S.A. na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Zêzere e Côa, S.A., o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos devedos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Zêzere e Côa, S.A.. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratados como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.



Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

Todos os ativos da empresa foram contabilizados como intangíveis na medida em que revertem para o concedente no final da concessão, tratando-se de meros direitos de utilização.

2.5.1 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a Águas do Zêzere e Côa, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação. Os ativos adquiridos em regime de locação financeira estão registados em contas de Intangível (DUI)

2.6 Ativos intangíveis

2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2.

2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software; as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) exprimam os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'G' and 'A'.

2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Zêzere e Côa, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Zêzere e Côa, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Zêzere e Côa, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de provistos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.



Handwritten signature and initials in blue ink.

2.7.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor", até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Concessão Regulada de Portugal, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.



2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados Águas do Zêzere e C&A, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 Imparidade

2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

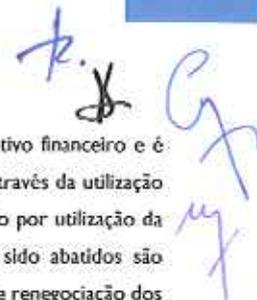
O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda de imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Zêzere e C&A, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise do incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.



O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Zêzere e Côa, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do sector. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Zêzere e Côa, S.A.. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Águas do Zêzere e Côa, S.A. efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.



2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Zêzere e Côa, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Concessão Regulada de Portugal, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que

Os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.5.3 as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.17.1 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em caudais tratados, ou seja, regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.17.2 Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em caudais consumidos, ou seja, regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.17.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas do Zêzere e Côa, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash flow* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.



Handwritten blue ink marks, including a large 'G' and other illegible scribbles.

2.18 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.19 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras.



3 Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Zêzere e Côa, S.A. estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Zêzere e Côa, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota II. Clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A. e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A. continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Zêzere e Côa, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Ativos financeiros bancários	31.12.2014
Depósitos à ordem	141.024
Fundo de reconstituição do capital	6.397.595
	6.538.619

Rating	31.12.2014
B1 (Moody's)	21.503
Ba1 (Moody's)	644
Baa1 (Moody's)	42.679
B2 (Moody's)	3.162
Ba3 (Moody's)	7.221
Baa3 (Moody's)	65.815
	141.024

Nota: ratings obtidos nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2015

3.3 Risco de taxa de câmbio

A exposição da Águas do Zêzere e Côa, S.A. ao risco de câmbio não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da Empresa. A Tesouraria Central do grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos.

3.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Zêzere e Côa, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Zêzere e Côa, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Águas do Zêzere e Côa, S.A. atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas do Zêzere e Côa, S.A. procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face à sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Zêzere e Côa, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	46.930.556	27.717.296	122.954.540
Fornecedores e outros passivos	8.283.714	3.939.836	9.802.864

3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Zêzere e Côa, S.A. ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem-na ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	Real	6.410.108	6.552.565
Juros suportados	tx média +1%	7.723.314	8.020.123
Juros suportados	tx média -1%	4.179.637	4.476.446

3.6 Risco de capital

O objetivo da Águas do Zêzere e Côa, S.A. em relação à gestão do capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política da Águas do Zêzere e Côa, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos não correntes	150.671.836	152.569.538
Empréstimos correntes	46.930.556	35.100.027
Disponibilidades	(161.884)	(1.560.246)
Dívida	197.440.508	186.109.319
Subsídios ao investimento	89.232.684	90.418.486
Total do capital próprio	13.795.468	12.191.713
Capital	300.468.660	288.719.518
Dívida/total do capital	0,66	0,64

O modelo de financiamento da Águas do Zêzere e Côa, S.A. assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.7 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.



4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Zêzere e Côa, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Zêzere e Côa, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Zêzere e Côa, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No caso específico da Águas do Zêzere e Côa, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

A data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indicio de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Zêzere e Côa, S.A..

4.4 Estudo de Viabilidade Económico Financeiro

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no estudo de viabilidade económico-financeiro que acompanha a proposta de revisão do Contrato de Concessão, na versão apresentada ao Concedente em outubro de 2011. Apesar deste ainda não ter sido aprovado, consideram-se os seus pressupostos, nomeadamente o prazo da concessão, o investimento e os caudais faturados, os mais adequados para a preparação das Demonstrações Financeiras.

5. Instrumentos financeiros por categoria

De acordo com o parágrafo 6 do IFRS 7 apresentamos de seguida quadro com os instrumentos financeiros ativos e passivos por categoria:

	Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao justo valor por resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2014
Ativos Intangíveis					0	236.120.705	736.120.705
Investimentos financeiros		6.397.595			6.397.595	0	6.397.595
Impostos diferidos ativos					0	9.206.447	9.206.447
Clientes e outros ativos não correntes		4.611.225			4.611.225	0	4.611.225
Inventários					0	118.696	118.696
Clientes		73.410.278			73.410.278	0	73.410.278
Estado e outros entes públicos					0	13.749	13.749
Imposto sobre o rendimento do exercício					0	0	0
Outros ativos correntes		2.743.454			2.743.454	0	2.743.454
Caba e seus equivalentes		161.884			161.884	0	161.884
Total do ativo	0	87.324.436	0	0	87.324.436	245.459.597	332.784.033
Empréstimos não correntes				150.671.836	150.671.836	0	150.671.836
Fornecedores e outros passivos não correntes				13.742.700	13.742.700	0	13.742.700
Impostos diferidos passivos					0	3.042.903	3.042.903
Acréscimos de custos do investimento contratual					0	6.572.682	6.572.682
Subsídios ao investimento					0	89.232.684	89.232.684
Empréstimos correntes				46.930.556	46.930.556	0	46.930.556
Fornecedores				4.544.212	4.544.212	0	4,544,212
Outros passivos correntes				3,739,502	3,739,502	0	3,739,502
Imposto sobre o rendimento do exercício					0	36.086	36.086
Estado e outros entes públicos					0	475.403	475.403
Total do passivo	0	0	0	219.628.806	219.628.806	99.359.758	318.988.565

6. Ativos intangíveis

	31.12.2014	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	50.553	52.147
Propriedade industrial e outros direitos	4.513	4.655
Ativos intangíveis - Outros	1.759.359	1.806.074
Direitos de utilização de infraestruturas	234.306.280	240.660.776
	236.120.705	242.523.651

tr.
Cy
A
my

6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2013	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	70.840					70.840
Propriedade industrial e outros direitos	6.324					6.324
Ativos intangíveis - Outros	2.076.470					2.076.470
Ativos intangíveis em curso - Outros	277.529					277.529
Direitos de utilização de infraestruturas	308.114.379	1.557.151	0	0	0	309.671.530
	310.545.541	1.557.151	0	0	0	312.102.692
Amortizações acumuladas	31.12.2013	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	-18.693	-1.594				-20.287
Propriedade industrial e outros direitos	-1.689	-142				-1.811
Ativos intangíveis - Outros	-547.925	-46.715				-594.640
Direitos de utilização de infraestruturas	-67.453.603	-6.796.171	0	0	-1.115.476	-75.365.250
	-68.021.890	-6.844.622	0	0	-1.115.476	-75.981.987
	242.523.651	-5.287.471	0	0	-1.115.476	236.120.705

6.2 DUI – movimentos do período

	31.12.2014	31.12.2013
DUI Líquido (saldo inicial)	240.660.776	244.048.338
Adições	1.557.151	7.662.120
Abates	0	0
Alienações	0	0
Transferências	-1.115.476	-4.870.569
Amortizações do exercício	-6.796.171	-6.179.114
Reversões de amortizações	0	0
Perdas por imparidade	0	0
DUI Líquido (saldo final)	234.306.280	240.660.776

7. Investimentos financeiros

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de reconstituição do capital social	6.397.595	5.836.591
	6.397.595	5.836.591

8. Impostos diferidos

	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	25,24%	-1,26%	25,24%	25,24%	23,26%
Taxa de Derrama	0,50%	0,00%	0,50%	0,50%	0,50%
Ativos por Impostos Diferidos					
Amortizações não aceites/investimento contratual não realizado	37.323.069		1.646.284	-221.679	38.747.674
Base de incidência	37.323.069	0	1.646.284	-221.679	38.747.674
IRC	9.420.343	-774.953	415.522	-55.952	9.012.709
Derrama	186.615		8.231	-1.108	193.738
Imposto diferido ativo reconhecido	9.606.958	-774.953	423.754	-57.060	9.206.447
Passivos por impostos diferidos					
Ajustamento de Transição - Amortizações - investimento contratual não realizado	13.162.577		0	-355.745	12.806.832
Diferença Amortização fiscal/ contabilística investimento contratual realizado	1.805.556			-1.805.556	0
Base de incidência	14.968.133	0	0	-2.161.301	12.806.832
IRC	3.777.957	-253.575	0	-545.512	2.978.869
Derrama	74.841	0	0	-10.807	64.034
Imposto diferido passivo reconhecido	3.852.797	-253.575	0	-556.319	3.042.903

Salientamos:

- (i) A mensuração dos Impostos Diferidos foi efetuada com base no disposto nos parágrafos 46 a 56 da IAS 12, nomeadamente que as taxas a utilizar devem ser as taxas que se espera que estejam em vigor quando o ativo for realizado/passivo for liquidado i.e. na data em que os impostos terão que ser revertidos;
- (ii) As correções decorrem do acerto da taxa efetiva de imposto que passou de 25,74% para 23,76%.

9. Clientes e outros ativos não correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes - Municípios	3.416.403	3.928.484
Fundo de coesão a receber	1.097.022	1.735.925
Valor a receber - Outros devedores	97.800	163.000
	4.611.225	5.827.409

9.1. Clientes - municípios

	31.12.2014	31.12.2013
Município Belmonte	360.278	583.148
Município Celorico da Beira	98.231	151.812
Município da Guarda - SMAS - Guarda	712.507	1.199.319
Município Figueira Castelo Rodrigo	961.881	290.283
Município Oliveira do Hospital	0	141.048
Município Penamacor	481.586	888.457
Município Seia	801.922	674.418
	3.416.403	3.928.484

Trata-se de valores relativos a acordos de pagamento (Ver nota 11.5).

10. Inventários

	31.12.2014	31.12.2013
Matérias primas	441	614
Matérias subsidiárias	109.820	129.852
Outros materiais	8.435	8.152
	118.696	138.618

11. Clientes

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes municípios	72.370.509	55.146.008
Clientes outros	988.202	593.182
Devedores por acréscimos de rendimentos - Outros	51.567	42.063
	73.410.278	55.781.253

A rubrica Clientes outros releva o saldo com as empresas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA (966.883 €) e Resiestrela, SA (21.318 €).

11.1 Clientes – municípios

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes municípios	24.433.405	23.271.703
Clientes acordos	3.593.567	1.823.612
Clientes municípios TRH	394.198	397.176
Clientes municípios injunções	32.119.266	20.895.150
Clientes municípios juros de mora	10.156.907	7.176.073
Devedores por acréscimos de rendimentos-Municípios	1.673.166	1.582.294
	72.370.509	55.146.008



11.2 Clientes – Ações/injunções por município

Handwritten signatures and initials in blue ink.

	31.12.2014	31.12.2013
Município de Almeida	1.203.006	535.817
Município de Belmonte	609.416	116.845
Município de Celorico da Beira	0	730.021
Município de Figueira Castelo Rodrigo	676.840	895.549
Município de Fornos de Algodres	233.314	17.043
Município do Fundão	11.491.885	8.536.927
Município de Gouveia	2.154.484	1.373.542
Município de Manteigas	1.951.537	1.571.546
Município da Mêda	0	0
Município de Penamacor	717.905	93.543
Município de Pinhel	1.784.723	999.584
Município de Sabugal	2.748.655	1.435.680
Município de Seia	0	69.175
Município da Guarda - SMAS - Guarda	8.547.502	4.519.878
	32.119.266	20.895.150

Verificou-se em 2014 um aumento dos processos judiciais por incumprimento dos municípios.

11.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes municípios não correntes	3.416.403	3.928.484
Clientes municípios correntes	72.370.509	55.146.008
	75.786.912	59.074.493

11.4 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Município Aguiar da Beira	0	0	0	0	59.809	59.809
Município Almeida	713.629	1.264.719	1.277.327	3.255.675	159.817	3.415.492
Município Belmonte	84.003	1.011.705	981.380	2.077.088	741.935	2.819.023
Município Celorico da Beira	70.157	357.542	1.134.297	1.561.996	1.319.757	2.881.753
Município de Fornos de Algodres	69.430	329.379	207.892	606.701	82.570	689.271
Município Figueira Castelo Rodrigo	182.750	615.990	927.300	1.726.040	1.454.110	3.180.151
Município Fundão	10.716.398	4.360.589	3.353.634	18.430.621	477.208	18.907.829
Município Gouveia	1.606.507	1.568.488	1.412.530	4.587.525	217.860	4.805.385
Município Guarda	6.635.701	4.932.612	4.966.354	16.534.667	1.976.555	18.511.223
Município Manteigas	1.782.638	829.057	534.286	3.145.981	64.579	3.210.560
Município Mêda	0	0	0	0	39.224	39.224
Município Oliveira do Hospital	0	0	661.727	661.727	384.056	1.045.783
Município Penamacor	170.905	1.182.818	1.031.818	2.385.541	1.048.530	3.434.071
Município Pinhel	1.157.441	1.344.973	1.189.591	3.692.005	198.221	3.890.226
Município Sabugal	1.346.986	1.469.949	2.134.544	4.951.480	384.264	5.335.743
Município Seia	0	0	368.614	368.614	1.400.344	1.768.958
Município de Trancoso	18.405	0	0	18.405	0	18.405
Município da Covilhã/ADC	100.342	0	0	100.342	0	100.342
	24.655.292	19.267.821	20.181.295	64.104.408	10.009.339	74.113.747

O quadro acima não inclui a rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos", no valor de 1.673.166 €.

Quanto à recuperabilidade dos saldos em dívida será de salientar que a Administração considera todos os saldos recebíveis, não havendo lugar ao registo de quaisquer ajustamentos para perdas por imparidade de dívidas de clientes.

11.5 Clientes – Acordos

	Data do Acordo	Valor do acordo	Valor em dívida a 31/12/2014	n.º de prestações	Taxas de juro	Valor dos juros	Valor da prestação
Município de Belmonte	31-10-2012	1.066.032	583.148	54	7,150%	242.020	18.572
Município de Celorico da Beira	31-10-2013	214.322	151.812	48	7,150%	38.387	5.265
Município de Celorico da Beira	20-06-2014	250.989	231.215	7	7,150%	45.023	96.915
Município de Celorico da Beira	30-06-2014	1.433.356	1.383.356	11	7,150%	271.837	300.000
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	31-10-2013	446.590	290.283	46	7,150%	138.817	11.165
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	28-01-2014	1.211.448	1.008.511	46	7,150%	510.069	16.911
Município de Oliveira do Hospital	28-06-2013	677.030	141.048	24	7,150%	52.252	28.210
Município de Penamacor	28-09-2012	1.627.486	888.457	54	7,150%	176.432	33.906
Município de Seia	26-12-2012	1.914.264	28.108	42	7,250%	144.120	47.442
Município de Seia	25-03-2014	1.168.231	1.065.872	54	7,150%	295.654	24.338
SMAS - Guarda (Município da Guarda)	04-01-2013	2.011.978	1.238.161	52	8,000%	492.142	52.692
		12.021.727	7.009.970				

O valor em dívida, referente a Acordos, encontra-se relevado na demonstração da posição financeira no ativo corrente e no ativo não corrente, de acordo com as datas de vencimento das prestações mensais.

12. Estado e outros entes públicos

	31.12.2014	31.12.2013
IVA a receber	13.124	116.149
Outros	624	624
EOEP ativos	13.749	116.773
IVA a pagar		
Retenções - IRS	-7.449	-13.872
Retenções - Segurança social	-44.035	-47.006
Retenções - Outras tributações	-6.982	-10.408
Retenções - TRH	-416.938	-471.768
EOEP passivos	-475.403	-543.053
	-461.655	-426.280

13. Outros ativos correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamentos a fornecedores	354	354
Outros devedores	1.076.967	1.473.164
Acréscimos de proveitos	421.420	498.859
Fundo de coesão a receber	1.093.246	0
Gastos a reconhecer	151.466	216.218
	2.743.454	2.188.595

Outros devedores – Reporta outros débitos a terceiros que não os relacionados diretamente com a atividade operacional.

Acréscimos de proveitos – Reporta a especialização de juros de mora de clientes e juros de aplicações financeiras referentes ao Fundo de Reconstituição de Capital Social.

14. Caixa e bancos

Ativos financeiros bancários	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	20.860	35.055
Depósitos à ordem	141.024	1.525.191
	161.884	1.560.246

15. Capital

	%	2014		2013	
		Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS SA	87,46%	23.271.120	23.271.120	23.271.120	23.271.120
CAMARA MUNICIPAL DE SEIA	2,35%	624.330	624.330	624.330	624.330
CAMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	1,73%	459.315	459.315	459.315	459.315
CAMARA MUNICIPAL DA GUARDA	1,62%	431.100	431.100	431.100	431.100
CAMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA	1,23%	328.010	328.010	328.010	328.010
CAMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO	1,05%	280.410	280.410	280.410	280.410
CAMARA MUNICIPAL DE PINHEL	0,62%	164.505	164.505	164.505	164.505
CAMARA MUNICIPAL DO SABUGAL	0,58%	153.385	153.385	153.385	153.385
CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA	0,47%	124.835	124.835	124.835	124.835
CAMARA MUNICIPAL DE FORNOS ALGODRES	0,44%	116.550	116.550	116.550	116.550
CAMARA MUNICIPAL DE AGUIAR DA BEIRA	0,41%	108.235	108.235	108.235	108.235
CAMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS	0,39%	104.640	104.640	104.640	104.640
ASSOC. DE MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA	0,38%	100.000	100.000	100.000	100.000
CAMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR	0,35%	94.155	94.155	94.155	94.155
CAMARA MUNICIPAL DE F. CASTELO RODRIGO	0,35%	91.960	91.960	91.960	91.960
CAMARA MUNICIPAL DE MÉDA	0,32%	86.220	86.220	86.220	86.220
CAMARA MUNICIPAL DE BELMONTE	0,26%	68.790	68.790	68.790	68.790
	100%	26.607.560	26.607.560	26.607.560	26.607.560

15.1 Resultado por ação

	31.12.2014	31.12.2013
Resultado líquido	1.603.756	921.797
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	5.321.512	5.321.512
Resultado por ação	0,30	0,17

↑ G
A
↑

15.2 Movimentos do período

	31.12.2013	Afectação Res. Lq.	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2014
Reservas e outros ajustamentos	4.649.648				4.649.648
Resultados transitados	-19.987.292	921.797			-19.065.496
Resultado líquido do exercício	921.797	-921.797		1.603.756	1.603.756
	-14.415.847	0	0	1.603.756	-12.812.092

15.3. Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais

	31.12.2014	31.12.2013
Capital social	26.607.560	26.607.560
Reservas e outros ajustamentos	4.649.648	4.649.648
Resultados transitados	-19.065.496	-19.987.292
Resultado líquido do exercício	1.603.756	921.797
Total do capital próprio	13.795.468	12.191.713
50% capital social	13.303.780	13.303.780
Capital adicional / cumprimento CSC	0	1.112.067

Verifica-se uma assinalável melhoria dos capitais próprios da empresa em 31-12-2014, verificando-se o cumprimento do art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

16. Empréstimos

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	136.448.842	138.222.860
Empréstimos bancários - banca comercial	97.800	163.000
Empréstimos - Locação financeira	1.125.194	1.183.678
Empréstimos - Empresa-mãe	13.000.000	13.000.000
Não correntes	150.671.836	152.569.538
Descobertos bancários	3.781.067	6.736
Empréstimos bancários BEI	1.774.018	967.140
Empréstimos bancários - banca comercial	19.571.201	30.022.780
Empréstimos - Locação financeira	104.270	103.371
Empréstimos - Empresa-mãe	21.700.000	4.000.000
Correntes	46.930.556	35.100.027
Total de empréstimos	197.602.392	187.669.565

16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	46.930.556	35.100.027
De 1 a 2 anos	16.291.132	14.897.239
De 2 a 3 anos	3.510.393	3.290.609
De 3 a 4 anos	3.625.952	3.509.940
De 4 a 5 anos	4.289.820	3.625.570
Superior a 5 anos	122.954.540	127.246.180
	197.602.392	187.669.565

Os empréstimos com vencimento a curto prazo serão liquidados com recurso a:

Renovação de contas-correntes;

Suprimentos/Apoio tesouraria da AdP SGPS, residualmente e caso seja necessário;

16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	45.313.678	34.492.887
De 1 a 2 anos	13.506.652	13.640.361
De 2 a 3 anos	516.009	1.026.129
Superior a 3 anos	20.043.193	34.960.188
	79.379.532	84.119.565
Taxa de juro fixa	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	1.616.878	607.140
De 1 a 2 anos	2.784.480	1.256.878
De 2 a 3 anos	2.994.384	2.264.480
Superior a 3 anos	110.827.118	99.421.502
	118.222.860	103.550.000
	197.602.392	187.669.565

T. G. G. A. my

16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2014	31.12.2013
Expira num ano (taxa variável)	6.712.933	19.028.000
	6.712.933	19.028.000

16.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist.		Justo valor	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	136.448.842	138.222.860	120.746.447	95.273.664
Empréstimos - Locação financeira	1.125.194	1.183.678	836.074	727.663
Empréstimos - Empresa-mãe	13.000.000	13.000.000	13.759.848	13.146.095
Não correntes	150.574.036	152.406.538	135.342.369	109.147.423

Calculado o justo valor dos financiamentos à taxa de desconto de 3,84%. Os valores em causa refletem o valor dos financiamentos em 31-12-2014.

16.5 Locação financeira

Capital em dívida por ativo adquirido em regime de locação financeira

Capital em dívida por ativo locado	31.12.2014	31.12.2013
Ativos Intangíveis (DUI) - Sede da empresa	1.183.808	1.241.393
Ativos Intangíveis (DUI) - Viaturas	45.657	45.657
	1.229.464	1.287.049

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	108.956	109.798
De 1 a 5 anos	316.495	320.708
Superior a 5 anos	850.713	924.124
	1.276.163	1.354.630

Juros	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	4.686	6.427
De 1 a 5 anos	19.842	27.512
Superior a 5 anos	22.172	33.641
	46.699	67.580

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	104.270	103.371
De 1 a 5 anos	296.653	293.195
Superior a 5 anos	828.542	890.483
	1.229.464	1.287.049

17. Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores de investimentos	13.698.352	14.758.249
Outros fornecedores	44.348	56.144
	13.742.700	14.814.393

A rubrica de fornecedores de investimentos inclui a dívida aos municípios por infra estruturas integradas, registadas ao custo amortizado.
A rubrica Outros fornecedores refere-se a valores retidos a empreiteiros, para garantia de cumprimento contratual.

18. Acréscimos de gastos de investimento contratual

	31.12.2013	Aumentos	Transferências	31.12.2014
Acréscimos de gastos de investimento contratual	6.041.873	1.646.284	-1.115.476	6.572.682
	6.041.873	1.646.284	-1.115.476	6.572.682

A variação face a 2013 reporta-se aos valores das amortizações associadas ao investimento em curso transferido para imobilizado intangível.

19. Subsídios ao investimento

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de coesão	83.282.931	84.242.973
Integração de património	5.949.753	6.175.513
	89.232.684	90.418.486

19.1 Movimentos do período

	31.12.2013	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2014
Fundo de coesão	84.242.973	-2.678.724	2.310.365	-591.683	83.282.931
Integração de património	6.175.513	-183.245	0	-42.515	5.949.753
	90.418.486	-2.861.969	2.310.365	-634.198	89.232.684

20. Fornecedores correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores gerais	1.768.983	1.363.157
Fornecedores - empresas do Grupo	841.254	219.609
Fornecedores - Municípios	89.475	70.576
Fornecedores de investimentos	1.818.637	2.093.403
Fornecedores c/ faturas em receção e conferência	25.864	51.421
	4.544.212	3.798.165

21. Outros passivos correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Acréscimos com pessoal	235	1.914
Acréscimos com férias e subsídio de férias	314.534	301.777
Outros acréscimos e diferimentos	1.062.563	1.372.010
Outros credores	2.149.705	1.299.685
Empresas do Grupo	212.465	162.678
	3.739.502	3.138.064

Handwritten signature and initials in blue ink.

22. Imposto sobre o rendimento

	31.12.2014	31.12.2013
Estimativa de imposto a pagar	36.086	1.111.984
	36.086	1.111.984

22.1 Imposto do exercício

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto corrente	1.565.160	1.674.040
Imposto diferido	-409.384	-1.065.138
	1.155.776	608.902

22.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2014	31.12.2013
Resultado antes de impostos	2.759.531	1.530.698
Resultado tributável	6.081.951	5.923.385
Prejuízos fiscais deduzidos	0	0
Lucro tributável	6.081.951	5.923.385
Imposto à taxa normal	1.398.849	1.480.846
Derrama (0,50% em 2014 e 0,50% em 2013)	30.410	29.617
Derrama estatutária 3%	137.459	132.702
Tributação autónoma	8.048	22.454
Excesso estimativa impostos	9.606	0
Insuficiência estimativa impostos	0	8.421
Diferenças temporárias	409.384	1.065.138
Total do imposto	1.155.776	608.902
Taxa efetiva de imposto	41,9%	39,8%

22.3 Impostos diferidos ativos potenciais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

23. Vendas e prestação de serviços

23.1 Vendas

	31.12.2014	31.12.2013
Vendas de água	10.128.248	10.705.798
	10.128.248	10.705.798

23.2 Prestação de serviços

	31.12.2014	31.12.2013
Prestação de serviços a municípios	11.974.523	11.124.591
	11.974.523	11.124.591

24. Custo das vendas

	31.12.2014	31.12.2013
CMVMC - Matérias primas	117.779	164.026
CMVMC - Matérias subsidiárias	718.766	711.680
CMVMC - Diversos	15.496	15.883
	852.042	891.590

25. Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2014	31.12.2013
Subcontratos	560.782	519.426
Serviços especializados	1.860.288	1.732.339
Energia e fluidos	2.837.606	3.095.458
Comunicação	110.154	128.181
Outros FSE's	663.970	640.548
Correções relativas a exercícios anteriores	133.168	-86.984
	6.165.969	6.028.968
FSE's capitalizados	-26.018	-54.062
	6.139.951	5.974.906

A rubrica de serviços especializados inclui os serviços de conservação e reparação das infraestruturas. As capitalizações estão associadas ao imobilizado em curso. O valor da correção relativa a exercícios anteriores, no exercício de 2014, corresponde à anulação de um débito a empreiteiro de custos com transporte de água. Em 2013 corresponde fundamentalmente a correções de estimativas de energia.

26. Gastos com pessoal

	31.12.2014	31.12.2013
Remunerações	2.022.155	2.178.060
Encargos sociais sobre remunerações	442.136	489.172
Encargos com pensões	0	0
Outros custos com pessoal	154.627	136.599
Correções relativas a exercícios anteriores	2.015	2.160
	2.620.933	2.805.992
Gastos com pessoal capitalizados	-19.137	-156.799
	2.601.797	2.649.193

As capitalizações estão associadas ao imobilizado em curso nos gastos com pessoal afeto à Engenharia, que intervêm no processo de investimento em curso.

A diminuição dos gastos com pessoal reflete a redução de colaboradores, ocorrida em final de 2013 (1 cedência ocasional) e início de 2014 (1 cedência ocasional e rescisão de contrato de trabalho). Em 2013 tinham sido contabilizados igualmente a reposição do pagamento integral dos subsídios de férias e de natal bem como o acerto das estimativas.

26.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores	31.12.2014	31.12.2013
Mesa Assembleia Geral	3	3
Conselho Fiscal	3	0
Revisor Oficial de Contas	1	1
Conselho de Administração	3	3
Trabalhadores efetivos e outros ativos	107	112
Trabalhadores em regime de cedência a terceiros	2	1
	119	120

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2014	31.12.2013
Mesa Assembleia Geral	3	3
Conselho Fiscal	3	0
Revisor Oficial de Contas	1	1
Conselho de Administração	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	107	109
Trabalhadores em regime de cedência a terceiros	2	1
	119	117

H. G. F.
B. M.

27. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2014	31.12.2013
Amortizações de ativos intangíveis	6.844.622	6.227.558
Acréscimos de custos do investimento contratual	1.646.284	2.114.120
	8.490.906	8.341.678

28. Outros gastos e perdas operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
Impostos	397.377	320.914
Donativos	8.800	1.000
Outros gastos operacionais	495.552	9.673
	901.730	331.586

A rubrica de Outros gastos operacionais releva indemnização a empreiteiro.



29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
Rendimentos suplementares	43.414	48.524
Outros rendimentos e ganhos operacionais	164.391	78.486
Correções relativas a exercícios anteriores	-11.551	1.295
	196.254	128.304

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

Os rendimentos e ganhos operacionais referem-se a penalidades contratuais.

30. Gastos financeiros

	31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	6.830.961	7.745.257
Comissões bancárias	176.574	229.741
Outros gastos financeiros	912.848	918.419
	7.920.383	8.893.417
Gastos financeiros capitalizados	-138.417	-626.651
	7.781.966	8.266.767

Os juros de mora debitados por fornecedores estão incluídos na rubrica de juros suportados.

31. Rendimentos financeiros

	31.12.2014	31.12.2013
Juros de investimentos financeiros	402.457	374.387
Juros de mora	3.818.037	3.046.525
Outros juros	141.699	6.364
Correções relativas a exercícios anteriores	0	-153.392
	4.362.194	3.273.883

A rubrica de juros de investimentos financeiros releva os juros decorrentes da aplicação do Fundo de Reconstituição do Capital Social (FRCS). O aumento dos juros de mora está associado ao aumento da dívida de clientes, tal como referido na nota 11.1.

32. Transações com entidades relacionadas

Ano 2014	Empresas do		Municípios	
	grupo	Empresa mãe	acionistas	Órgãos Gestão
Rendimentos	644.258	0	21.569.833	0
Rédito	644.258	0	21.569.833	0
Dividendos recebidos atribuídos	0	0	0	0
Gastos	329.093	2.677.984	444.152	17.730
Gastos com pessoal	1.835	17.743	0	10.200
Outros gastos	327.258	2.660.241	444.152	7.530
Ativos	1.040.087	0	73.116.901	0
Clientes	988.201	0	71.373.914	0
Empréstimos	0	0	0	0
Outros devedores	51.886	0	1.742.987	0
Passivos	162.582	35.566.643	13.948.089	11.505
Fornecedores	113.065	703.695	12.972.745	11.505
Empréstimos	0	34.700.000	0	0
Outros Credores	49.517	162.948	975.344	0
Fluxos de caixa	0	0	0	0
Dividendos pagos / a pagar	0	0	0	0

Ano 2013	Empresas do		Municípios	
	grupo	Empresa mãe	acionistas	Órgãos Gestão
Rendimentos	724.000	0	23.388.819	0
Rédito	724.000	0	23.388.819	0
Dividendos recebidos atribuídos	0	0	0	0
Gastos	346.115	2.251.169	510.494	17.104
Gastos com pessoal	400	10.375	0	10.200
Outros gastos	345.715	2.240.794	510.494	6.904
Ativos	635.770	0	55.797.876	0
Clientes	593.182	0	54.864.832	0
Empréstimos	0	0	0	0
Outros devedores	42.588	0	933.045	0
Passivos	98.757	17.247.207	13.861.481	11.505
Fornecedores	93.823	89.463	12.941.685	11.505
Empréstimos	0	17.000.000	0	0
Outros Credores	4.935	157.743	919.796	0
Fluxos de caixa	0	0	0	0
Dividendos pagos / a pagar	0	0	0	0

33. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos incluídos no EVEF, apresentado ao Concedente em 2011, perfazem um montante 349.341.797 Euros, dos quais 312.102.692 Euros já se encontram realizados (valores a preços constantes de 2014).



Handwritten signature and initials in blue ink.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, foram celebrados um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes (considerados somente os valores superiores a 50.000 €):

Cod. ERSAR	Contratos de Empreitada - Abastecimento	Adjudicatário	Adjudicado	Facturação	Compromisso
3043328765	575 - Empreitada Conservação Infraestruturas, Condutas e Coletores	Albino Teixeira Construções e Aluguer de Máquinas, Lda	180.000	114.505	65.496
3043328763	575 - Empreitada Conservação Infraestruturas, Condutas e Coletores	JRL - José Reis Lopes & Filhos	260.000	20.253	239.747
3043328764	575 - Empreitada Conservação Infraestruturas, Condutas e Coletores	Albino Teixeira Construções e Aluguer de Máquinas, Lda	240.000	26.175	213.825
3043328958	575 - Empreitada Conservação Infraestruturas, Condutas e Coletores	Rorges & Abrantes, Lda	130.000	22.133	107.867
Contratos de Empreitada - Abastecimento			810.000	183.067	626.933

Cod. ERSAR	Contratos de Empreitada - Saneamento	Adjudicatário	Adjudicado	Facturação	Compromisso
86M	629 - Empreitada Terciário EIAR S. Miguel	António Saraiva e Filhos, Lda	137.750	0	137.750
133Q	Remodelação de ETARs integradas - 1ª Fase (Vila Verde; Aldeia das Doz)	João Tomé Saraiva, Lda	615.587	322.019	293.568
133R	Remodelação de ETARs integradas - 3ª Fase (Benquerença) -	João Tomé Saraiva, Lda	594.934	250.395	344.539
Contratos de Empreitada - Saneamento			1.348.271	572.414	775.857
Abastecimento + Saneamento			2.158.271	755.481	1.402.790

34. Ativos e passivos contingentes

34.1 Garantias prestadas

Beneficiário	Objeto	Valor
Estradas de Portugal, SA	Bom cumprimento - Reposição pavimento	122.330
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	Bom cumprimento - Recuperação ambiental	62.125
CCDR Lisboa e Vale do Tejo	Bom cumprimento - Recuperação ambiental	2.000
Total Geral - Garantias Prestadas		186.455



T. G. P. M.

34.2 Processos judiciais em curso:

No quadro abaixo apresentamos os processos judiciais em curso de valor superior a 1.500 milhares de euros e/ou com impacto na atividade e continuidade das operações.

Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização	A favor da empresa/de terceiros
Ação nº 740/14.7 BECTB, instaurada pela AZC, em 15.12.2014, contra o Município de Guimarães, onde é pedida a quantia de 204 887,04 € (capta) + 250 268,77 € (juros de mora). Aguarda contestação.	Possível	2.455.236 €	A favor da empresa
Ação nº 297/14.9 BECTB, instaurada pela AZC, em 24.05.2014, contra o Município de Guimarães, onde é pedida a quantia de 1 822 736,94 € (capta) + 218 729,34 € (juros de mora). Aguarda contestação de saneamento.	Possível	1.822.738 €	A favor da empresa
Processo nº 738/14.9 BECTB - Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, proposta pela AZC, onde se pede a condenação do MUNICÍPIO DO FUNDÃO ao pagamento de facturas emitidas entre Dezembro de 2012 e Junho de 2013, bem como ao pagamento dos respectivos juros vencidos e vincendos, no valor total de € 1.508.254,59 (um milhão quinhentos e oito mil duzentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos). Aguarda-se pelo contributo da fase de arbitragem.	Possível	1.508.255 €	A favor da empresa
Ação arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, que vem reclamar o pagamento da indemnização no montante de € 43.394.957,71 (quarenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos). Paralelamente, a AZC reclama do MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento da indemnização no valor de € 186.149 (cento e oitenta e seis mil cento e quarenta e nove euros). Por acórdão de 29 de Outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantum a ficar em sede de execução de sentença e com um valor líquido de € 762.022,59 (setecentos e sessenta e dois mil vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). Por seu turno, relativamente à AZC, o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fazer em execução de sentença e com o limite máximo de € 364.615 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quinze euros). Ambos os partes recorreram dist. na mesma data, entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A., e ij) sep declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização.	Remoto	43.394.958 €	A favor de terceiros
Proc. nº 450/11.7 BECTB - Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, proposta pelo MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA, MUNICÍPIO DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE BÉLHON II, MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, MUNICÍPIO DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DE GÓUVEIA, MUNICÍPIO DA GUARDA, MUNICÍPIO DE MANTOAGAS, MUNICÍPIO DE MEDA, MUNICÍPIO DE PENAFACOR, MUNICÍPIO DE PINHEL e MUNICÍPIO DE SABUGAL contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A. Põe presente ação pretendendo os municípios autores que ij) sep declarada a nulidade dos contratos de concessão de exploração e gestão do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e para recolta, tratamento e repção de águas caldrada em 15 de Setembro de 2006, entre o Estado Português e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.; ij) sep declarada a nulidade dos contratos de recolta de efluentes e de aproveitamento de água, celebrados, na mesma data, entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.; e ij) sep declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização de infraestruturas municipais celebrados entre os Autores e a ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A. - Processo nº 450/11.7 BECTB, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. Aguarda-se, neste momento, pela fase de saneamento do processo, que é pedida a fase de julgamento.	Risoto	N/A	A favor de terceiros

É expectativa da Administração que destas ações não resultem perdas para a sociedade, pelo que não foi constituída qualquer provisão para esse efeito.

35. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais – Negócios com a sociedade

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A. não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a título de remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por interposta pessoa.

Art.º 324º do Código das Sociedades Comerciais – Regime das ações próprias

A sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias, nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal e à Segurança Social e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2014, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, bem como à Taxa de Recursos Hídricos, a pagar no ano seguinte.

36. Rendimento garantido

O Contrato de Concessão prevê que o capital social realizado pelos acionistas seja remunerado anualmente com base na taxa média de rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT), acrescida de 3%. A taxa média de rentabilidade das OT foi fixada em 3,75%, respeitando o valor máximo constante do Despacho do MAMAOT de 25/01/2013, em vigor durante o período do PAEF. A remuneração aplicada em 2014 foi de 6,75%.

A remuneração acionista em dívida atinge o montante de 29.129.537 €, conforme quadro abaixo:

Acionista	Exercício 2014	Acumulado 2014	Exercício 2013	Acumulado 2013
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	3.019.907	24.488.148	3.802.989	21.468.241
Associação Municípios da Cova da Beira	17.934	183.627	22.585	165.693
Município de Aguiar da Beira	13.588	106.656	17.111	93.068
Município de Almeida	22.877	236.968	28.810	214.090
Município de Belmonte	12.620	130.796	15.893	118.176
Município de FCRodrigo	16.919	175.610	21.306	158.691
Município de Fornos de Algodres	13.274	93.380	16.716	80.106
Município do Fundão	50.972	525.705	64.190	474.733
Município de Gouveia	37.456	264.342	47.168	226.887
Município da Guarda	79.063	819.263	99.564	740.201
Município de Manteigas	19.186	198.776	24.161	179.591
Município de Méda	15.789	163.477	19.883	147.688
Município de Oliveira do Hospital	57.784	454.531	72.768	396.746
Município de Penamacor	17.370	180.553	21.875	163.182
Município de Pinhel	30.375	315.864	38.251	285.489
Município do Sabugal	28.216	292.850	35.533	264.634
Município de Seia	71.030	498.989	89.448	427.960
Remuneração total garantida	3.524.360	29.129.537	4.438.250	25.605.177

37. Informação relevante

No dia 1 de outubro de 2014, o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, apresentou o plano de reestruturação do sector das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em 5 sistemas de maior dimensão, maximizando ganhos de escala e de gama, com benefícios para a tarifa, atenuando a disparidade tarifária e normalizando a relação com os Municípios.

Neste momento depois de efetuados os estudos correspondentes, prosseguem os trabalhos conducentes aos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades da Águas do Zêzere e Côa, S.A. serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às atuais atividades da Águas do Zêzere e Côa, S.A. Espera-se que este processo esteja concluído até ao final do primeiro semestre de 2015.

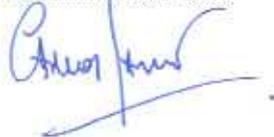
38. Eventos subsequentes

Não existem eventos relevantes a reportar que possam alterar a imagem das contas apresentadas.

O Conselho de Administração

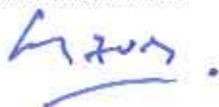
Presidente

Eng.º Carlos Manuel Martins



Vogal

Dr. Carlos Manuel Gonçalves Veloso



Vogal



Dr. António Pinto Dias Rocha

O Diretor Financeiro



Dr. Miguel António Pereira Lemos
TOC n.º 26072



C. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Zêzere e Côa, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 332.784.033 Euros e um total de capital próprio de 13.795.468 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.603.756 Euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da Informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Zêzere e Cda, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a Informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

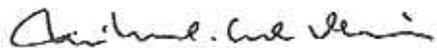
9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras;
- As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo de concessão e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas;
- Conforme divulgado na nota 11 das notas às demonstrações financeiras, existem saldos a receber dos Municípios que continuam a apresentar um agravamento significativo da sua antiguidade, situação para a qual não foi registado qualquer ajustamento nas demonstrações financeiras. Os Municípios continuam a contestar o valor das tarifas e tal como divulgado na nota 34.2 das notas às demonstrações financeiras mantém-se em curso a acção administrativa levada a cabo pelos Municípios no sentido de proceder à deliberação da nulidade do Sistema Multimunicipal para abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes. No actual contexto de restrições de acesso ao crédito, esta situação poderá afectar o equilíbrio económico e financeiro da concessão. O Conselho de Administração entende que dos processos de renegociação em curso, irão resultar as soluções que permitam assegurar o referido equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais;
- Conforme divulgado na Nota 34.2 das Notas às Demonstrações Financeiras, encontram-se em curso diversos processos judiciais, destacando-se a acção arbitral proposta pelo Município do Fundão em 2008 e a acção administrativa proposta pelos Municípios que integram o Sistema Multimunicipal do Alto Zêzere e Côa, em 2011. O Conselho de Administração está convicto que destes processos não advirão quaisquer perdas significativas, pelo que não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais responsabilidades daí decorrentes; e

- Conforme divulgado na nota 37 das notas às demonstrações financeiras, e no relatório de gestão, permanece em curso o processo de agregação dos actuais sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, os quais serão extintos e subsequentemente agregados em novos sistemas multimunicipais de maior dimensão, a constituir através de Decreto-Lei nos termos do Decreto-Lei 92/2013. No âmbito do referido processo, os activos e passivos da empresa serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às actuais actividades da empresa.

Porto, 27 de Fevereiro de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)



J. G.
A.

D. RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente relatório e parecer sobre o Relatório de Conselho de Administração e restantes documentos de prestações de contas da sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A. apresentado pelo Conselho de Administração e relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2. Desde a sua eleição em Abril de 2014, no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da sociedade através da informação financeira disponibilizada trimestralmente e dos esclarecimentos prestados, quer pelo Conselho de Administração, quer pelos Serviços Administrativos.

3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispõe da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

4. De igual modo, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis e exerceu as suas competências de acordo com o Código das Sociedades Comerciais. Da análise efetuada destacamos:

- A dívida de clientes correntes, que em 31 de dezembro de 2014 ascendia 73 milhões de euros, engloba créditos de clientes já vencidos. A entidade tem procurado recuperar estes montantes, através de processos de injunção e acordos de pagamento. A sociedade continua com a sua política contabilística de não reconhecer ajustamentos para estes processos.

- O desempenho económico da empresa registou uma evolução favorável, tanto ao nível dos seus resultados operacionais, como dos seus resultados financeiros. O resultado líquido da sociedade registou um forte incremento, passando de 921 milhares de euros em 2013 para 1.603 milhares de euros em 2014.

- A empresa utiliza nas suas estimativas, os pressupostos incluídos no estudo de viabilidade económica e financeira apresentado ao concedente, no ano de 2011. De acordo com informação recolhida, este estudo ainda não foi aprovado pelo concedente. Adicionalmente, o aumento da antiguidade dos saldos a receber dos Municípios e o facto da sociedade esperar ultrapassar o limite do endividamento aprovado, já durante o primeiro semestre de 2015, poderá por em causa a capacidade da concessão conseguir manter um adequado equilíbrio económico e financeiro.

5. Conforme informação contida nas notas às demonstrações financeiras de 2014, a entidade não constituiu qualquer provisão para a ação arbitral acionada pelo Município do Fundão e para a ação Administrativa movida pelos Municípios que integram o sistema multimunicipal do Alto Zêzere e Côa.

[Handwritten signature]
2
[Handwritten signature]

6. No dia 1 de outubro de 2014, o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, apresentou o plano de reestruturação do sector das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em 5 sistemas de maior dimensão.

Conforme informação prestada, em 2015 prosseguiram os trabalhos para a agregação dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades da Águas do Zêzere e Côa, S.A. serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às atuais atividades da Águas do Zêzere e Côa, S.A..

7. O Conselho Fiscal apreciou o relatório de auditoria emitido pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas: Ernest & Young, SROC, S.A.. Do exame realizado o CF entende que o referido relatório merece a sua concordância e que deve ser considerado como fazendo parte integrante deste Relatório.

8. Foi analisado o Relatório de Governo Societário, onde se verificou que este documento inclui informação atual, completa e relevante sobre as matérias reguladas do Decreto-Lei n.º 133 / 2013 de 3 de Outubro.

9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de Dezembro de 2014, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as Notas às Demonstrações Financeiras) são adequadas à compreensão da posição financeira no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenrolou a atividade, assim como os principais riscos a que se encontra exposta a sociedade.

10. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos vários serviços da sociedade.

PARECER

11. Em Consequência do acima referido, o Conselho Fiscal, é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A. aprove:

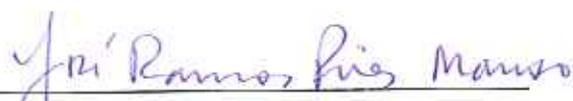
- O Relatório do Conselho de Administração e Contas do exercício de 2014;

- O Relatório do Governo Societário;

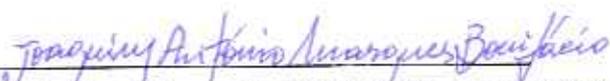
- A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório

Guarda, 27 de Fevereiro de 2015

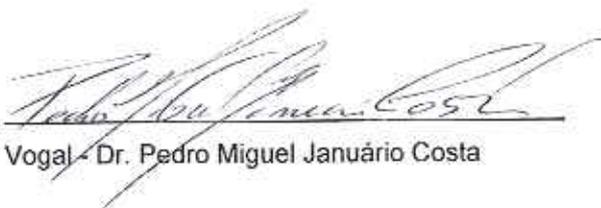
O Conselho Fiscal



Presidente - Professor Doutor José Ramos Pires Manso



Vogal - Município de Aguiar da Beira, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Prof.
Joaquim António Marques Bonifácio



Vogal - Dr. Pedro Miguel Januário Costa